



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CONJUNTA - MEIO AMBIENTE / FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0774/12	DATA: 31/05/2012
INÍCIO: 10h28min	TÉRMINO: 12h55min	DURAÇÃO: 02h27min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h27min	PÁGINAS: 52	QUARTOS: 30

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ANDRÉ LIMA – Coordenador de Políticas Públicas do IPAM — Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. MÁRCIO HOLLAND – Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. FERNANDO MOMBELLI – Coordenador-Geral de Tributação da Secretaria da Receita Federal do Brasil. MÔNICA GUIMARÃES – Diretora de Relações Institucionais da Confederação Nacional da Indústria – CNI. RONALDO DA MOTTA – Economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. CARLOS EDUARDO FRICKMANN YOUNG – Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ. HELINTON JOSÉ ROCHA – Assessor do Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. SÉRGIO MARGULIS - Assessor Especial do Ministério do Meio Ambiente.

SUMÁRIO: Discussão sobre a erradicação da pobreza a ser debatida na Rio+20.
---

OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens. Houve intervenção fora do microfone. Inaudível. Há orador não identificado em breve intervenção.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Macêdo) - Bom dia, senhoras e senhores aqui presentes.

Quero cumprimentar as Deputadas e os Deputados que se encontram neste plenário, os jornalistas e cinegrafistas, os assessores que aqui estão. Quero abraçar todos que nos acompanham neste momento pela Internet, todos que nos ouvem pela *TV Câmara* e pela *TV Senado*.

Quero dizer que esta é uma audiência pública ordinária conjunta, promovida em parceria pelas Comissões de Finanças e Tributação e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara e pela Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, da qual sou o Presidente.

Quero iniciar o nosso debate convidando os expositores da primeira Mesa: o Sr. André Lima, Coordenador de Políticas Públicas do IPAM — Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia; o Sr. Márcio Holland, meu xará, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; o Sr. Fernando Mombelli, Coordenador-Geral de Tributação da Secretaria da Receita Federal do Brasil; a Sra. Mônica Guimarães, Diretora de Relações Institucionais da CNI — Confederação Nacional da Indústria; e o Sr. Ronaldo da Motta, economista do IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Quero dizer, antes de dar início às exposições, da importância deste tema para o mundo e para o País, sobretudo no contexto da erradicação da pobreza, tendo em vista que é um dos temas que compõem a Conferência Rio+20, que o Brasil sediará no mês de junho. Ontem, nós fizemos um debate na Comissão Mista de Mudanças Climáticas sobre este tema. Foi um debate extremamente rico, um debate sobre conceitos, sobre perspectivas e sobre a Rio+20.

Eu quero parabenizar os membros das Comissões de Finanças e Tributação, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara e de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional pela iniciativa de fazer uma audiência pública como esta, da mais alta relevância, com nomes extremamente capacitados e com ideias diferenciadas, para poder contribuir com o debate democrático, razão de existir desta Casa.



Gostaria de iniciar o debate convidando a usar a palavra o Sr. André Lima, Coordenador de Políticas Públicas do IPAM — Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. S.Sa. tem até 10 minutos.

**O SR. ANDRÉ LIMA** - Bom dia, Deputado Márcio Macêdo, Deputado bastante atuante nesta matéria de desenvolvimento sustentável e nos embates realizados aqui na Casa sobre os nossos direitos socioambientais.

Cumprimento os demais membros da Mesa e todos os presentes.

A iniciativa de realização deste seminário, desta audiência, partiu também de uma provocação do IPAM — Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, que trabalha com pesquisas e busca trazê-las para as instâncias, para os espaços em que as políticas públicas são debatidas, obviamente para haver avanço na busca da sustentabilidade, em particular, no caso do IPAM, de políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável, a justiça social e os direitos socioambientais na Amazônia.

Como eu tenho pouco tempo, vou partir diretamente para o assunto.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Às vésperas da Rio+20, muito se fala sobre economia verde, e a ideia aqui é a de discutir um pouco se de fato o Brasil caminha rumo a essa chamada economia verde. Vale a pena, inclusive, debatermos um pouco depois o que estamos chamando de economia verde. O Brasil vem de vinte gerações que se educaram na lógica da abundância de recursos naturais — água, clima razoável, florestas e biodiversidade — e tem menos de uma geração educada na lógica da sustentabilidade.

Muitos já viram esse quadro, esse gráfico que mostra o aumento significativo do consumo de combustível fóssil nos últimos 50 anos e também a participação importante da dinâmica de uso da terra nas emissões de gases de efeito estufa e na contribuição para o aquecimento global. Não vou me deter nisso porque não é o objeto principal. Mas aí está a questão das florestas, da importância das florestas, principalmente das florestas tropicais, no contexto do combate e da mitigação do aquecimento global. O desmatamento, a ocupação e a queimada de florestas no planeta são responsáveis por algo entre 15% e 20% das emissões.



No Brasil, sabemos que já foram desmatados, suprimidos cerca de 20% da Floresta Amazônica; 50% do Cerrado, numa dinâmica muito acelerada; e mais de 93% da Mata Atlântica. Inclusive, ontem nós vimos aqui a apresentação dos dados da Fundação SOS Mata Atlântica, segundo os quais estão por aí, entre 93% e 94% da Mata Atlântica. Então, as nossas florestas, os nossos biomas estão sendo consumidos numa velocidade muito acelerada.

Por que, então, essa história de redução do desmatamento em relação à questão climática? Bom, parte significativa das emissões globais vem de desmatamento e queimada de florestas, de ocupação e uso do solo — mais inclusive do que as emissões dos Estados Unidos — e do setor de transporte, por exemplo. Então, é um volume importante. Esse setor, portanto, tem que ser visto com muita atenção, uma estratégia fundamental para evitar o aumento da temperatura superior ao tal limite de 2 graus — inclusive, muitos cientistas já alertam para o fato de que já vamos passar disso, certamente, pelo *business as usual*, permanecendo a situação como está.

Reduções substanciais de emissões por uso de combustíveis fósseis não são viáveis na dinâmica, na extensão e na intensidade necessárias em curto espaço de tempo.

A redução de desmatamento é uma estratégia que se pode dar de forma rápida e drástica. O Brasil vem mostrando que isso é possível. Tem custo muito mais baixo do que mudança de matriz energética, com outros co-benefícios bem importantes, nada desprezíveis na conservação da biodiversidade, da água, do patrimônio cultural de povos socioculturalmente diferenciados.

Vou passar rapidamente as imagens. Essa mostra a evolução do enfrentamento desse problema pelo Brasil. O problema do desmatamento era do IBAMA, depois foi transferido para o Ministério do Meio Ambiente, foi subindo de escalão e virou um problema do Governo Federal mais recentemente, a partir do Governo Lula, com o plano de combate ao desmatamento na Amazônia. Houve descentralização da gestão florestal, compartilhando-se a responsabilidade. Depois vieram várias ações que trouxeram o debate para os Municípios, corresponsabilizando-os pelas dinâmicas de desmatamento ilegal na Amazônia.



Vieram também várias outras medidas: criação do Fundo Amazônia; promulgação da lei da Política Nacional sobre Mudança do Clima, que estabeleceu metas e planos setoriais; instituição do Programa Fundo Clima. Além disso, vários planos estaduais de combate ao desmatamento vêm sendo desenvolvidos.

E aí? Qual é o próximo passo, em termos de ações concretas e políticas para reverter a situação e, na verdade, consolidar o processo de redução de desmatamento, que já se vem dando de forma acelerada? Essa redução é sustentável, considerando-se as ameaças que temos pela frente? Quais são as ameaças? Primeiro, a alteração da legislação. Todos aqui estão acompanhando e sabem que o Código Florestal traz em si a flexibilização e várias anistias. Portanto, pelo tom de impunidade que ele traz em si, pode servir, sem sombra de dúvida, como um estímulo a mais para a intensificação do desmatamento.

A implementação de obras de infraestrutura na Amazônia: há estudos que mostram que o conjunto de obras de infraestrutura em implementação na Amazônia representa o maior investimento em infraestrutura existente no planeta. A infraestrutura é necessária, mas obviamente ela traz aumento de pressão sobre os recursos naturais. E sabemos que vem crescendo a demanda por *commodities*. Apesar da crise internacional, a tendência é de aumento da demanda por *commodities*, principalmente de soja, carne e madeira, elementos que vêm principalmente da Floresta Amazônica.

Bom, a pergunta é a seguinte — vou seguir diretamente porque o tempo urge: como manter a queda do desmatamento da Amazônia, que vem acontecendo e chegando a um patamar muito difícil de ser superado? Com uma legislação consistente. Precisamos continuar debatendo uma lei para o bioma Amazônia e melhorar, obviamente, a governança.

Há todo um debate sobre o mercado brasileiro de redução de emissões, em que o IPAM, inclusive, está bastante envolvido, buscando implementar experiências-pilotos, como as relações bilaterais do Governo do Estado do Acre com o Governo de São Paulo e com o Governo da Califórnia, buscando o teste de pilotos para fazer isso operar.

Há todo um debate sobre incentivos de crédito para uma agricultura mais sustentável, para o manejo florestal, pagamento por serviços ambientais, o



instrumento de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal. E um tema pouco aprofundado.

Ouve-se muito a história de que incentivos tributários são importantes, mas nós precisamos aprofundar. E esse é o objetivo desta nossa conversa. Aí a pergunta que não quer calar: há recursos para uma política tributária consistente que promova a transição gradativa e segura para uma economia dita sustentável ou verde, como queiram chamar? Há recursos?

Começamos a fazer uma investigação sobre isso, e a ideia é a de fazer esse debate, ouvir os especialistas, o Governo, os Parlamentares e a sociedade a respeito dessa provocação. Fizemos um levantamento, junto à Receita Federal, da política de isenção tributária dos últimos 5 anos. São dados muito agregados. A ideia é exatamente a de aprofundar essa análise e, de certa forma, obter a dimensão da pegada de carbono e da pegada ambiental dessa política tributária que vem sendo implementada já há alguns anos.

Pegamos os relatórios da Receita Federal, que são publicados anualmente, sobre os gastos tributários da União, e obtivemos alguns dados interessantes.

A Zona Franca de Manaus recebe, em média, anualmente, cerca de 15 bilhões de reais de isenção tributária. O volume total, nos últimos 5 anos, só para a Zona Franca de Manaus, chegou a mais de 75 bilhões de reais em incentivos tributários.

A agricultura e a agroindústria recebem, em média, 7 bilhões de reais por ano, totalizando, nos últimos 6 anos, mais de 36 bilhões de reais de incentivos tributários, ou seja, recursos que a União deixa de arrecadar e são repassados para o setor privado, para o setor produtivo, na lógica de gerar emprego, de gerar renda, de induzir a economia, o que é também papel do Estado.

Em relação a desenvolvimento regional — e aí há uma série de atividades que queremos analisar com cuidado —, em média, de 5 a 6 bilhões de reais por ano são objeto de renúncia fiscal do Governo Federal, totalizando quase 30 bilhões de reais nos últimos 5 anos.

Não sei se alguém aí está fazendo a conta total, mas já devemos estar na casa dos 120 bilhões de reais.



Setor automotivo: há 2 semanas, o Governo mais uma vez deu isenções fiscais ao setor para estimular a venda dos estoques de automóveis, entupindo mais o nosso trânsito, emitindo mais, gerando mais dívida no mercado. O montante de incentivos para o setor automotivo chegou próximo a 9 bilhões de reais.

Para o desenvolvimento de infraestrutura, passando dos 7 bilhões de reais nos últimos 5 anos. Infraestrutura petrolífera, nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, chegando a quase 5 bilhões de reais nos últimos anos. Construção civil, passando dos 4 bilhões de reais no últimos 5 anos. Embarcações e aeronaves, 3,5 bilhões de reais. Petroquímica, mais de 2,3 bilhões de reais.

Enfim, há um conjunto de dados aos quais os senhores depois poderão acessar na página da Câmara.

Olhando por outra lógica, a de modalidade de gastos, vemos que um grande volume vai para a indústria, um grande volume vai para comércio e serviços e um volume expressivo para agricultura, transporte, energia.

Eu peguei dois nanicos: saneamento, 722 milhões de reais, e uma modalidade de gasto que se chama gestão ambiental nem aparece nessa pizza, 128 milhões de reais. Só para dar a dimensão de como estamos em relação ao que chamamos Economia Verde. Esse é o grande desafio. Tudo leva a crer que o problema não é apenas recursos, mas definição de instrumentos que permitam ao Governo Federal estabelecer novas prioridades, um programa gradativo de incentivos e uma política tributária que caminhe no rumo da implementação da Política Nacional de Mudança de Clima, das suas metas e dos planos setoriais.

Isto é importante: o que pede o povo em relação a esse assunto? A Constituição Federal fala da ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa para assegurar a todos existência digna, observados os seguintes princípios. Esse é um dispositivo da Constituição sobre o qual pouco se fala, não sei se pouco se lê: defesa do meio ambiente como um princípio da ordem econômica, inclusive mediante tratamento diferenciado, conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e seus processos de elaboração e prestação.

Onde isso é implementado hoje na política brasileira? Que instrumentos viabilizam concretamente, no que diz respeito às finanças públicas, a implementação desse instrumento? Claro, os senhores vão dizer que há uma série de linhas de



crédito. A política fiscal é altamente relevante e tem sido fundamental para a estabilidade econômica brasileira, para a geração de emprego e renda, para o estímulo aos setores econômicos. Mas precisamos discutir como fazer para viabilizar a transição para a Economia Verde, usando esse instrumento fundamental da política tributária brasileira.

Algumas perguntas que fazemos: qual é a pegada de carbono dos nossos incentivos tributários? Fala-se tanto de economia de baixo carbono. Aliás, esses dias eu ouvi que o novo Código Florestal caminha para a economia de “baixo neurônio”. Nós estamos falando muito de economia de baixo carbono, mas como caminhar para isso? Das centenas de bilhões destinados — esta é uma pergunta importante —, quanto foi para atividades consideradas Economia Verde pelo Governo brasileiro, segundo o que defenderemos na Rio+20, já que o tema Economia Verde é um dos pilares do debate que acontecerá nas próximas semanas? Quanto dessas centenas de bilhões foi direcionado efetivamente para o que pode ser chamado de Economia Verde?

É preciso — e aí uma pergunta para as nossas Comissões e Parlamentares — haver mudança na Constituição Federal e na legislação para que a União reoriente suas prioridades para um modelo econômico menos intensivo em carbono? Existe proposta concreta em negociação no Governo Federal para esverdear a política de incentivos tributários nos próximos anos?

São algumas perguntas que deixamos e sobre as quais queremos nos aprofundar, e não só nesta audiência, para dar seguimento a este debate.

Para concluir, algumas propostas. Criação de um GT para aprofundar os estudos sobre o tema, com Parlamentares das Comissões Meio Ambiente e de Finanças e Tributação e da Comissão Mista, presidida pelo Deputado Márcio Macêdo. Bom ver aqui o Deputado Cláudio Puty, um dos autores do requerimento de realização desta audiência; S.Exa. foi Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, tem bastante experiência neste tema e vai poder, com certeza, contribuir muito.

Não adianta querer achar solução. Precisamos entender melhor o problema e os desafios. Um levantamento da pegada de carbono dessa política tributária para inclusive estabelecermos metas de um regime gradativo de transição. Um estudo





comparado — esse é um estudo que o IPAM vai desenvolver — sobre o sistema tributário de países desenvolvidos e o impacto desses incentivos na Economia Verde deles. E, para concluir, a identificação, a análise de formulação de propostas nesta Casa. Por exemplo, na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, na semana passada, infelizmente foi rejeitado projeto de lei que tratava do tema reforma tributária verde, de elementos de sustentabilidade da reforma tributária. É importante formularmos novas propostas que visem ao esverdeamento gradativo e consistente do sistema tributário brasileiro.

Essas são as nossas questões, as nossas proposições, os elementos que trazemos para o debate. O IPAM tem muito interesse em desenvolver este tema nesta Casa e com instituições parceiras como a CNI, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e várias outras organizações, inclusive com a academia. Para tanto, nós nos colocamos à disposição.

Agradecemos ao Deputado Cláudio Puty e ao Deputado Márcio Macêdo o requerimento para a realização desta audiência.

Colocamo-nos à disposição dos senhores para o debate.

Muito grato.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Macêdo) - Agradeço ao Sr. André Lima a exposição e parablenizo-o pela brilhante apresentação.

Convido o Deputado Cláudio Puty para conduzir esta audiência. Vou ter de ausentar-me para cumprir outra agenda, uma audiência no Palácio do Planalto.

Convido todos a comparecerem, na terça-feira da próxima semana, às 15h, à audiência pública da Comissão Mista de Mudança Climática, que terá como temas Segurança Alimentar e Nutricional e Desertificação. Os dois temas serão tratados no contexto do desenvolvimento sustentável.

Muito obrigado a todos.

Um bom trabalho e um bom dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Bom dia a todas e a todos. Peço desculpas pelo atraso.

Já tivemos a apresentação do Sr. André Lima, a quem saúdo, em nome de todos os membros da Mesa.



Este seminário foi inicialmente uma sugestão do Sr. André Lima, do IPAM, que me procurou, juntamente com o SOS Mata Atlântica, a fim de pensarmos — e acho que esta é uma agenda de pesquisa e de formulação legislativa, uma agenda aberta, mas muito necessária — em como podemos fomentar uma Economia Verde.

Sem maiores delongas, passo a palavra ao Sr. Márcio Holland, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, para sua apresentação. Após, ouviremos o Sr. Fernando Mombelli.

**O SR. MÁRCIO HOLLAND** - Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, quero agradecer a oportunidade de fazer esta apresentação — uma breve apresentação de 10 minutos — sobre a avaliação que vimos fazendo no Ministério da Fazenda sobre o assunto. .

Cumprimento o Deputado Cláudio Puty e, a partir de S.Exa., os demais Parlamentares e os assessores parlamentares presentes. Cumprimento também os colegas da Mesa e todas as senhoras e os senhores presentes, especialmente os jornalistas.

Quanto ao tema de que estamos tratando, quisera eu ter capacidade e competência para, em 10 minutos, sintetizar o que significa a agenda Economia Verde e Tributação e o que podemos fazer em termos de desafios. Na verdade, temos de remeter o tema a discussões mais amplas e profundas, quando pensamos em Economia Verde e Tributação.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Há uma primeira questão relevante, a qual é sempre bom lembrar — devido ao tempo de 10 minutos, acabarei proferindo frases muito pouco elaboradas, mas em outra oportunidade certamente poderei elaborar um pouco mais a argumentação. Antes de tudo, o Brasil escolheu de forma muito adequada um modelo de desenvolvimento econômico sustentável. É bom pensar um pouco o significado disso.

São várias etapas da mesma questão, mas elas não estão dissociadas. Primeiro, há o desenvolvimento econômico — vamos fazer a apresentação de forma fatiada, por mero efeito analítico. É preciso crescer — esse é o ponto zero. Nenhum país pensa a agenda de desenvolvimento sustentável — com inclusão social, ambientalmente sustentável e de baixo carbono —, se não estiver crescendo. Os



estímulos da sociedade para pensar em outras questões são pequenos. Autores que estudam crescimento econômico podem referir-se a isso. Uma sociedade não vai ter estímulo para discutir nenhuma outra questão se estiver estagnada. Assim, primeiro de tudo, precisamos estar num ambiente de crescimento econômico adequado — não vou citar os vários autores que tratam de desenvolvimento econômico para mostrar a importância disso; estou apenas fatiando a apresentação.

E o Brasil pegou o tal do gosto pelo crescimento econômico. A agenda de crescimento econômico entrou definitivamente na agenda de Governo. Depois de 30 anos de frágil crescimento econômico, o Brasil retomou uma agenda forte de crescimento econômico. Planos do tipo PAC vieram para isso. A agenda de crescimento com investimento, com emprego, com redução do desemprego, com igualdade social e com igualdade de oportunidade se fez presente.

Depois, quando falo “sustentável” — e continuo fatiando a questão —, estou incluindo a já extremamente desafiadora tarefa de manter o desenvolvimento econômico, especialmente num mundo um tanto quanto incerto. A incerteza ronda as economias mundiais. Nesse ambiente, manter o crescimento e o desenvolvimento econômico sustentável implica, numa segunda avaliação analítica — não é cronológica, não é histórica, mas analítica —, manter as políticas de inclusão social. É intolerável pensar a primeira parte da minha exposição sem inclusão social. É intolerável falar em crescimento com pobreza. Não mais toleramos isso.

Fomos adquirindo gostos, e gostos interessantes, a cada estágio do desenvolvimento do País. Começamos a lutar ferozmente contra a pobreza e a extrema pobreza. Incluímos um grande universo de brasileiros no mercado de trabalho e no mercado de bens e serviços. Inclusão social e inclusão produtiva, essas são saídas importantes em termos de inclusão produtiva. Programas foram desenhados para isto: dar segurança alimentar, dar acesso a bens, inclusive a máquinas e equipamentos, como pequenos tratores, para se produzir e gerar renda, para tornar sustentável a vida e dar oportunidades a todos.

Num segundo estágio analítico, nessa discussão de inclusão social e produtiva, precisamos dar acesso a serviços: à água, à educação, à energia elétrica. Isso aumenta a produtividade e a renda de famílias pobres e carentes do Brasil.



Programas como o Luz para Todos e o Água para Todos vêm apresentando resultados extremamente exitosos.

O Brasil conseguiu entrar — e entrou definitivamente — na trajetória do desenvolvimento econômico sustentável. E o “sustentável” tem várias dimensões: manter o desenvolvimento e manter o programa de inclusão social, ao mesmo tempo, com eficiência energética e com economia de baixo carbono. Essa é a nossa agenda.

E a cada estágio vamos acrescentando mais desafios, porque os estímulos vão aumentando com o surgimento deles. É fundamental considerar isso.

E o Estado, no seu sentido mais geral, o que está fazendo? O Estado é o indutor disso. Definitivamente, o Estado tem um papel, em termos de políticas públicas, extremamente importantes. Ele é indutor disso no sistema financeiro, por meio dos mercados de crédito e financeiro; e nos sistemas produtivos, para a produção mais eficiente, com maior eficiência energética, com menor emissão de gases de efeito estufa e com consumidores mais sábios.

E quanto aos resultados? Depois dessa síntese — a síntese da síntese da questão —, eu poderia apresentar alguns resultados, e iria para os grandes números do Brasil.

Permitam-me os especialistas, sou um macroeconomista muito interessado na questão ambiental — não é à toa que na Secretaria de Política Econômica há uma coordenação de mudanças climáticas —, e estamos trabalhando intensamente na agenda de mudança climática no Ministério da Fazenda. O Brasil tem 12% da água doce existente na superfície do mundo; 70% do País ainda estão cobertos com vegetação original; 30% das florestas tropicais remanescentes do mundo estão no Brasil; 90% da geração de energia elétrica e 45% da demanda energética brasileira são atendidos com fontes renováveis — este percentual no mundo é menor que 20%, e o outro é ainda menos que 90%; 95% dos carros produzidos no Brasil são *flex*; mais de 97% das latas de alumínio são recicladas.

Para não dizer que não falei dos cravos, mas só das flores, informo que ontem participei de uma reunião com o setor de pneus, questão que está na agenda do Ministério da Fazenda — estou dizendo isso claramente. Conheci uma experiência muito interessante da RECICLANIP. Eles executam um extraordinário



programa de reciclagem de pneus. Trata-se de uma experiência interessantíssima, um case. Afinal, estamos falando de um produto que precisamos consumir e reciclar. Existe desafio nesse particular. Eles reciclam 60% dos pneus brasileiros, mas os 40% restantes são consumidos no que chamamos de mercado de reposição, e aí não há um controle adequado. Temos que trabalhar nesse *front* também, sem dúvida alguma. Estamos identificando os problemas e verificando como o Ministério da Fazenda deve atuar.

Vou pular um pouco a apresentação dos grandes números brasileiros. O Ministério da Fazenda produz e publica o *Economia Brasileira em Perspectiva*. A última edição tem uma seção especial chamada *Economia Verde*, por meio da qual os senhores podem ter acesso aos grandes números dos quais estou falando e que mostram que o Brasil tem definitivamente um crescimento econômico sustentável, com uma matriz energética renovável e uma série de programas a respeito. É impossível listá-los nestes 10 minutos de que disponho. São programas diversos, que vão desde segurança alimentar, Garantia-safra etc., todos extremamente importantes para a sustentabilidade do homem na economia brasileira.

Dado que tenho pouco tempo, deixem-me apresentar 3 grandes dimensões dos nossos resultados. Não vou alongar-me, porque não são objeto da discussão os resultados macroeconômicos, mas são importantes, sem dúvida nenhuma. É preciso sustentar o crescimento para continuarmos tendo agenda de Economia Verde, não sei se isso está claro. Eu citaria William Easterly, autor que fala sobre o mistério do crescimento, sobre os incentivos que temos para novas agendas. Se vivemos um quadro de estagnação, vamos lutar por qualquer coisa, menos pela questão ambiental. Hoje, estamos discutindo a questão ambiental porque nossa agenda de crescimento está bem direcionada, porque a estabilidade macroeconômica está garantida. O Brasil tem estabilidade no que se refere à inflação e tem crescimento. Temos baixíssimo nível de desemprego, comparado aos níveis do resto do mundo, o que dá sustentabilidade à segurança do homem no meio em que vivemos. Isso é muito importante.

Na dimensão social, é desnecessário falar dos resultados que vimos obtendo no Brasil em termos de redução da desigualdade social. Costumo enfatizar que a redução da desigualdade social no Brasil acontece de forma consistente e



continuada, independentemente das adversidades. Independentemente da conjuntura internacional e nacional, o índice de Gini vem caindo consistentemente. Ele não é mais cíclico. Isso é extremamente importante. Os índices de desigualdade social caem, a renda *per capita* dos mais pobres cresce mais rapidamente que a dos mais ricos, e por aí vai.

Na questão ambiental, deixo aos bons especialistas os números, mas eu poderia ficar aqui, enfadonhamente, citando outros tantos. Foi citada na exposição do André o regime automotivo, que é mais um caso de sucesso nosso em direcionar, em conduzir a questão ambiental na política econômica.

Para se ter ideia, não é só o fato de mais de 95% dos carros produzidos no Brasil serem *flex* — não há experiência igual a essa no mundo —, mas também o de o novo regime automotivo prever para 2013/2017 a adesão do setor automotivo brasileiro ao programa de etiquetagem e eficiência energética; senão, ele será punido, em termos tributários. Portanto, é um equívoco dizer que estamos incentivando esse setor.

Alguns que me conhecem já ouviram esta frase: eu sou o último a incentivar o consumo de veículos em si e por si como mobilidade. Mobilidade urbana é outro assunto, envolve outra agenda, para além do acesso a um bem durável; envolve uma agenda importantíssima de acesso a transportes públicos de qualidade; envolve não somente metrô, mas ônibus, ônibus articulados, em substituição a veículos.

Grande parte dos brasileiros precisa ter acesso a mercados de bens duráveis, sem dúvida nenhuma — isso é inquestionável —, assim como precisa ter transporte público de qualidade. Não há dicotomia, não há conflito, não há contradição nisso. É preciso renovar a frota. No caso de caminhões, por exemplo, eles são extremamente importantes. É um desafio para todos nós. A frota brasileira de caminhões tem, em média, 18 anos e provavelmente provoca um grau de poluição que gostaríamos de alterar, mas não é tão simples como parece. Não depende apenas de um estalo de dedos. Precisamos pensar na logística reversa: o que fazer com os caminhões com mais de 18 anos, 20 anos, 25 anos de uso? Quanto custa isso? O Ministério da Fazenda hoje está aberto a essas discussões e gostaria de ouvir sugestões e experiências propositivas.



No caso da linha branca, também é desnecessário dizer que o setor é extremamente exitoso. Não tenho o número exato, mas sei que, hoje, a grande maioria da produção da linha branca brasileira já vem com o selo de eficiência energética, entre outros tantos.

Em síntese — meu tempo deve estar beirando o final, se já não tiver acabado —, é fundamental pensarmos o desenvolvimento econômico sustentável no seu sentido amplo, e isso tem sido e é agenda de Governo hoje. Temos adotado um conjunto de políticas propositivas nesse sentido. Espero tornar pública a lista de todos os programas e políticas que nesse sentido o Governo, nos últimos anos, tem posto em prática. Eu tenho esse material disponível. O Governo vem adotando política, como, por exemplo, no caso do regime automotivo, de estímulo à adesão a programas de etiquetagem de eficiência energética, entre outros.

Eu vou deixar a parte tributária para o Fernando Mombelli, que vai fazer uma exposição, também rápida, sobre o que temos hoje na Receita Federal em termos de incentivos tributários. Também provavelmente ele vai ter muito pouco tempo para expor. Estaremos abertos a discussões mais detalhadas para apresentar o que temos e o que poderemos fazer. Ou seja, a Fazenda está aberta a sugestões e a proposições nessa linha.

Agora, certamente, não dá para dizer que o Brasil não tem um desenvolvimento sustentável. Isso não funciona em relação aos números. Não dá para dizer que o Brasil não tem uma agenda de redução de emissão de gases de efeito estufa. Inclusive, está previsto num decreto que temos de reduzir até 2020, 2022 a emissão desses gases. E está em nossa agenda uma discussão sobre a viabilidade, no Brasil, do mercado de carbono. Não dá para dizer que o Brasil não tem desenvolvimento sustentável. Temos que resolver problemas de acesso a serviços e bens essenciais para populações carentes. Água e luz para todos são fundamentais. E nós fazemos isso com energia renovável. Parece-me um pouco confuso o discurso que diz que o Brasil não tem essa agenda.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Dr. Márcio Holland.

Imediatamente, passamos a palavra ao Sr. Fernando Mombelli, Coordenador-Geral de Tributação da Secretaria da Receita Federal do Brasil.



**O SR. FERNANDO MOMBELLI** - Prezado Deputado Cláudio Puty, Presidente da Mesa, na pessoa de quem cumprimento os demais integrantes; caros Deputados; jornalistas; demais expositores; senhoras e senhores desta ilustre plateia, a expressão-chave que temos colocar aqui é exatamente meio ambiente *versus* economia *versus* crescimento sustentável. Podemos dizer que a meta do Brasil é um crescimento sustentável com inclusão social e avanços ambientais. São questões interligadas. Não deve separá-las numa agenda específica, numa agenda verde específica, tendo em vista que todos esses programas, inclusive aqueles citados na palestra do André Lima, têm repercussões ambientais, sim, muito sérias e muito profundas no que diz respeito ao avanço no controle ambiental, principalmente numa agenda positiva e numa agenda negativa. Se não tivéssemos alguns programas, a exemplo da Zona Franca de Manaus — sem querer entrar na discussão sobre seu tamanho, sobre sua necessidade —, as pessoas que estão lá fariam o quê? Exerceriam uma atividade de mineração, uma atividade agropastoril em áreas de preservação da Amazônia? Ou seja, a preservação daqueles empregos vai evitar um dano para a própria floresta amazônica.

No que se refere à infraestrutura, por exemplo, citada com um gasto de 7 bilhões, temos o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, criado pela Lei nº 11.488, de 2007, que age no incentivo tributário para o desenvolvimento da infraestrutura nos setores de transporte, de portos, de energia, de saneamento e de irrigação. Ou seja, esse incentivo tributário vai gerar, por exemplo, na parte de transporte, uma melhor rede viária e propiciar condições de termos um transporte público mais eficiente. Nesse sentido, vai gerar menor utilização do carro particular e, em consequência, menor emissão de carbono.

Em relação ao setor de energia, o incentivo à construção de novas hidrelétricas, como, por exemplo, as Usinas Belo Monte e de Santo Antônio do Jari, vai contribuir para o nosso *mix* de energia, para o nosso percentual de energia limpa — a energia hidrelétrica é assim considerada —, com o controle da emissão do gás carbônico.

Quanto aos gastos da agricultura e da agroindústria, que ficam em torno de 7 bilhões, há que se ver que também estamos trabalhando para maior eficiência do setor agropecuário, no sentido, por exemplo, do próprio desenvolvimento da





agropecuária, da utilização melhores matrizes, da diminuição do tempo de abate. E o ganho de maior produtividade na agricultura vai acarretar menor utilização de novas áreas de floresta, vai acarretar maior poder de preservação e aumentar a nossa capacidade produtiva, com o uso de novas tecnologias.

Então, não há como dizer que a utilização desses incentivos para a agroindústria e agropecuária não tenham um condão, também, mesmo que indiretamente, de auxiliar a questão ambiental.

As várias questões aqui colocadas demonstram que não há como segregar, não há como separar, não há como dizer que esta parte aqui é Economia Verde e a outra parte, não. Evidentemente, temos que avançar. O próprio Governo, como colocado pelo Dr. Márcio Holland, tem adotado comportamentos nesse sentido. Por exemplo, no INOVAR-AUTO, um novo programa que dá crédito presumido de IPI para o setor automotivo, existe um dispositivo que fala na adesão ao uso de etiquetagem de veículos, composto pelo INMETRO. Isso vai fazer com que tenhamos carros com melhor eficiência energética, menor consumo de gasolina e álcool, o que diminuirá o impacto no meio ambiente.

No que diz respeito à construção, um dos tópicos aqui referidos, com uma renúncia de 4 bilhões, chamo a atenção para o Programa Minha Casa, Minha Vida, que dá incentivo tributário para a moradia de baixa renda, fazendo com que tenhamos, com esse incentivo, condições de erradicar as favelas, de proporcionar às pessoas melhores condições de habitabilidade. Isso vai influenciar também o próprio meio ambiente, no sentido termos melhor saneamento básico para essas estruturas, melhor qualidade de vida.

Ora, ao verificarmos esses gastos, concluímos que boa parte deles está ligada, sim, à melhoria do meio ambiente e, principalmente, da qualidade de vida do homem.

No que diz respeito a situações específicas de exoneração tributária, vale a pena chamar atenção para redução a zero concedida à indústria de equipamentos aerogeradores para a produção de energia eólica, que está sendo muito difundida tanto na Região Sul como na Região Nordeste. O Ceará e o Rio Grande do Sul são exemplos da utilização dessa nova fonte de energia renovável.



Outra questão diz respeito a materiais recicláveis. Como catadores tinham se organizados em cooperativas, o Governo deu a eles um incentivo de crédito presumido de IPI para incentivar esse tipo de atividade e, com isso, aumentar a percentagem de reciclagem desses produtos extraídos do lixo, causando menor impacto ambiental.

No que se refere ao biodiesel, houve a redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS, visando incentivar principalmente o cultivo de produtos destinados à fabricação de biodiesel. Ou seja, em primeiro lugar, a substituição do petróleo e, em segundo, o fomento à agricultura familiar, juntando os aspectos social e ambiental.

O Governo também se preocupou com relação ao crédito carbono, a utilização desses recursos que podem incentivar em muito o uso e criação de projetos de energia limpa em nosso País.

São essas algumas questões que trouxemos.

Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Dr. Fernando Mombelli.

Imediatamente, passo a palavra à Sra. Mônica Messemberg Guimarães, Diretora de Relações Institucionais da CNI — Confederação Nacional da Indústria.

**A SRA. MÔNICA GUIMARÃES** - Bom-dia a todos!

Eu gostaria, inicialmente, de agradecer a V.Exas. a oportunidade de estar aqui participando dessa discussão; cumprimentar o Deputado Cláudio Puty pela iniciativa; cumprimentar os demais membros da Mesa e todos que assistem a esta audiência, seja diretamente na plateia, seja através da *TV Câmara*.

No caso da CNI — Confederação Nacional da Indústria, o posicionamento hoje, com relação à questão de sustentabilidade e Economia Verde, é fruto de uma discussão que vem ocorrendo há algum tempo, em especial nos últimos meses.

Existem algumas mensagens da indústria para a Rio+20 que eu gostaria de destacar. Inovação, ciência e tecnologia são os principais direcionadores dos avanços do setor produtivo em termos de sustentabilidade. Aos 3 pilares clássicos de sustentabilidade — o econômico, o social e o ambiental —, deve ser acrescentado ainda o cultural, em que a educação e a cultura são a base do consumo sustentável.



Então, eu me solidarizo com o Dr. Márcio Holland quando diz que não há a possibilidade de se imaginar desenvolvimento sustentável sem desenvolvimento social e sem o acesso os demais segmentos da sociedade ao consumo dos bens que estão disponíveis. Claro, de forma sustentável e de maneira que não prejudique o meio ambiente.

Outro ponto é que o setor privado foi o que mais avançou nos últimos anos nesse sentido. Estamos desenvolvendo um trabalho no qual temos identificado que o setor industrial, nos últimos 20 anos, foi aquele que mais aportou no que se refere à sustentabilidade — passou de vilão a protagonista.

Produtos que possibilitam tornar o consumo mais sustentável e práticas de governança corporativa com sustentabilidade são os objetivos hoje da grande maioria das indústrias brasileiras. Negócios sustentáveis são melhores negócios. Isso faz parte do mantra que a indústria brasileira tem colocado. Melhor relação risco/retorno e mais atraente aos investidores.

O documento que devemos apresentar na Rio+20 conta com a participação de 16 setores e associações que participaram na sua construção e representa o posicionamento da indústria: a indústria de máquinas e equipamentos, a indústria eletroeletrônica, a indústria química, a indústria de alumínio, a indústria de celulose e papel, indústria de cimento, indústria alimentícia, indústria têxtil, Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores, indústria da construção civil, o Fórum do Meio Ambiente do Setor Elétrico, o Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal, o Fórum Nacional Sucroenergético, Aço Brasil, setor de mineração, e setor de petróleo e gás. Ou seja, a grande maioria dos setores que hoje, de alguma forma, está trabalhando em prol da sustentabilidade e que têm um grande papel, uma grande participação para garantir que o crescimento se dê de forma sustentável.

No que se refere ao sistema tributário brasileiro, enxergamos algumas oportunidades. Na verdade, acreditamos que modelos que potencializem a competitividade industrial e evitem distorções na alocação de recursos sejam extremamente bem-sucedidos, no sentido de incentivar a inovação, novas tecnologias, e que, dessa forma, permitam um crescimento sustentável.



Simplificação da estrutura da estrutura tributária com foco na redução do preço final dos bens de capital e do custo de investimento — esse é um princípio comum a todos; a CNI o propaga há muito tempo —, para evitar a existência de tributos em cascata que venham onerar de maneira desigual produtos que tenham competidores internacionais, o que causa diferença muito grande. É política tributária nacional, no sentido de estimular o investimento direcionado para a sustentabilidade e incentivos diferenciados à utilização dos eficientes recursos naturais e modelos sustentáveis de produção.

Outras opções que também devem ser consideradas. Primeiro, formas eficientes de usar os recursos naturais sem penalizar tipos de recursos. Todos os recursos devem estar a serviço do desenvolvimento. Não devemos demonizar nenhum tipo de produto. Devemos trabalhar em cima do processo e não da restrição ao uso do produto. Economia Verde não pode ser vista como mais um argumento arrecadatário que impeça negativamente a competitividade. Fazer distinção hoje, no momento em que o processo é de transição, apenas prejudica a competitividade do produto nacional.

A melhoria na eficiência do Estado no uso de recursos é fator estratégico para a promoção da sustentabilidade. A logística e a infraestrutura contribuem sobremaneira para a melhoria da qualidade do produto e a sustentabilidade do produto pela indústria.

A discussão deve observar ainda os acordos e negociações internacionais, preservando a competitividade do Brasil, a qual, no nosso ponto de vista, é fundamental para o crescimento da nossa economia.

Por fim, eu gostaria de encerrar a minha apresentação fazendo um convite a todos ao evento que estaremos realizando na Rio+20, no Rio de Janeiro, no dia 14, no Sofitel. Trata-se do Encontro da Indústria para Sustentabilidade, em que a indústria entregará um documento ao Governo e aos demais atores da sociedade civil se comprometendo, a partir de então, a trabalhar de forma articulada com o setor, sendo ele o protagonista, sendo ele o interlocutor habilitado perante o Governo e às demais instâncias para tratar de metas e métricas para o futuro da indústria sustentável.

Deixo o convite a todos. Peço aos interessados que se inscrevam.



Estamos à disposição, assim que necessário, para contribuir nesta discussão.  
Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Dra. Mônica.

A representante da CNI vai ter que se ausentar em razão de compromisso agendado às 11h30min. Agradecemos a sua participação e esperamos contar com a Confederação nos próximos eventos, sabendo que a indústria brasileira tem um papel fundamental, se quisermos construir uma Economia Verde.

Passo a palavra ao Sr. Ronaldo da Motta, Economista Sênior do IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

**O SR. RONALDO DA MOTTA** - Bom dia.

Cumprimento o Deputado Cláudio Puty, a quem agradeço o convite, e os membros da Mesa desta audiência.

Antes da minha apresentação, quero fazer algumas colocações, porque, tendo em vista o que foi dito aqui, a minha apresentação vai ser muito rápida e muito técnica. Estou até meio envergonhado de apresentá-la. Mas, antes, eu gostaria de fazer alguns comentários que acho importantes para melhorar o contexto da nossa discussão.

Estou há muito tempo nessa área. Trabalho no IPEA, embora esteja saindo no mês que vem, há 20 anos. Tenho trabalhado muito com a área econômica. Já trabalhei até nos Ministérios da Fazenda e do Planejamento. E, para mim, é um grande prazer ter presenciado, no Ministério da Fazenda, o crescimento da Coordenação de Mudanças Climáticas. Fui testemunha de como o Ministério da Fazenda foi muito importante para a nossa guinada na política de clima. O Ministério da Fazenda introduziu a questão ambiental, em particular a climática, de maneira definitiva. Isso é uma coisa muito nova, muito importante. O Ministro da Fazenda é sensível à questão ambiental. Esse é um grande avanço.

Por outro lado, isso não quer dizer que estejamos satisfeitos, pois há muito que fazer. E, na minha apresentação, eu vou colocar onde fazer essas coisas.

Quero dizer ao Secretário Márcio Holland que concordo plenamente que a nossa Economia Verde tem que ser inclusiva. Não conheço evidência nenhuma de que o crescimento de menor intensidade ambiental, não diria nem verde, com mudanças de paradigmas de produção e consumo, tenha levado à exclusão. Ao



contrário, nós temos evidência, sim, de que o crescimento pode diminuir em curto prazo e avançar muito no médio prazo, mas não de exclusão social. Muito pelo contrário. E o que temos de problema com mudança de preço relativo de recurso ambiental, sobre o que vou falar mais à frente, com políticas ambientais mais agressivas, via tributo, são de economia política e não de economia de crescimento. Isso vai afetar a classe média, e essa classe média tem um efeito eleitoral muito forte. Essa é a grande dificuldade.

No Brasil, por exemplo, como qualquer lugar do mundo, não é coisa nossa em particular, não há programas de demanda, mas programas de oferta, de aumento — os PACs da vida. Não se trabalha em demanda. Não temos nenhum programa de conservação de água e de energia via preços. Quem mais consome isso? Isso vai afetar um grupo de pessoas que comanda a opinião pública, e tem repercussões eleitorais. Também eu, se fosse Deputado ou se estivesse no Governo, em uma posição-chave, teria dificuldades de implementar esse tipo de política.

Não cabe só ao Executivo e ao Legislativo. Fico satisfeito que o Legislativo esteja sensível a isso. Não há como se fazer mudança de conservação, via preços, e prejudicar as camadas mais pobres. Temos inúmeros programas de inclusão social com preço subsidiado para camadas mais pobres — água e energia elétrica, por exemplo. Isso não impediria que os preços fossem mais realistas, em água e energia, para aqueles que podem pagar.

Então, acho que é um falso debate esse de inclusão social e Economia Verde. O debate certo, sim, é qual o custo dessa Economia Verde no curto prazo, em termos de crescimento econômico. Esse pode vir a acontecer também.

Segundo, eu gostaria de falar de competitividade. Também é um falso debate. Uma economia mais verde, hoje em dia, só tem a ganhar mercado, não há dúvida alguma quanto a isso. Não vejo esse problema.

Eu gostaria de falar agora, na minha apresentação, sobre como poderíamos esverdear o nosso sistema tributário. E isso não é tão simples assim. Por isso, eu disse que a apresentação seria um pouco técnica.

*(Segue-se a exibição de imagens.)*

Primeiro: por que tributos ambientais? Há uma literatura enorme que diz: por que tributar capital e trabalho para fazer a arrecadação que o Estado precisa, por



razões de transferência de renda ou políticas de qualquer outro tipo? Por que não tributar as coisas ruins e reduzir a carga tributária das coisas boas?

Há fatos geradores ruins, como poluição, desmatamento, que se poderia tributar, e reduzir a carga tributária de trabalho e capital, esses, sim, motores de desenvolvimento econômico. Isso é a base da tributação ambiental. Isso é o que chamam de *green tax shift*. Essa é a grande mudança em que poderíamos pensar, se estivéssemos mesmo imbuídos de um sistema tributário que estivesse incorporando desenvolvimento econômico. Reduzir carga tributária de trabalho e capital é estimular o crescimento econômico, como disse a colega da CNI. Isso, repito, se estivéssemos realmente imbuídos de ter uma política de desenvolvimento sustentável, porque estaríamos, então, tornando mais caros aqueles insumos que geram coisas ruins, como poluição e desmatamento.

Por cima, ainda há uma terceira vantagem. Nesse meio tempo, pode-se financiar o setor ambiental ou o Ministério do Meio Ambiente. Pode-se financiar pagamento de serviços ambientais que venham a contribuir para o esforço de preservação.

Então, o que se diz é que haveria 3 bônus: reduz-se o fato ruim, que é a poluição, o desmatamento; aumenta-se a oferta do fato bom, que é capital e trabalho; e ainda se pode reduzir o peso tributário ou, se não reduzir totalmente o peso tributário, fazer uma meia reciclagem tributária e aumentar a capacidade de financiar serviços ambientais.

Isso tudo é muito bom. Por que, então, não faz? Por que só os países escandinavos fizeram isso? É óbvio que eles têm um nível de riqueza muito grande, pequeno território, já estão em outro nível de desenvolvimento. Podem-se arrumar várias desculpas para que isso só aconteça nos países escandinavos e não aqui, numa realidade com a qual não possamos conviver.

Acho que não é isso. O que nos falta, vou falar sinceramente, é perceber essas oportunidades, porque teria que haver uma vontade política muito grande de criar inimigos de curto prazo. Então, não vamos desmerecer esse fato, porque ele é importante, mas, simplesmente, essa, para mim, é uma questão de economia política.



Agora vou parar de falar sobre economia política e falar um pouco de economia tributária. Então, também não é tão simples aplicar isso.

Às vezes, pensamos que se pode fazer isso de maneira rápida, mas não é assim. Na Constituição, o capítulo tributário é restritivo. Nós temos três tipos de tributos: impostos, taxas e contribuições.

No caso dos impostos, basicamente, pela nossa doutrina tributária — isso é algo quase mundial —, considera-se a capacidade contributiva. Nada tem a ver com dano ambiental. Mas há impostos de valor agregado que têm a sua base. O exemplo claro, como foi dito há pouco, é o IPI relativo aos automóveis. Nada impediria que se fizesse a tributação de IPI sobre automóveis amarrada a algum sistema de eficiência energética ou de emissões. Na esfera estadual, em relação ao IPVA, o Rio de Janeiro está tentando fazer algo nesse sentido. Mas impostos de valor agregado só têm efeito muito forte no fim da cadeia, no consumidor. O automóvel é um bom exemplo. Ele já não é bom para o mineral, que está na base da cadeia, porque ele é débito e crédito. Então, eles se anulam na cadeia. É preciso haver um imposto cumulativo ambiental caso realmente se queira atuar no início da cadeia, nos insumos.

Taxas são muito importantes, mas são limitadas. Taxas são para financiamento e não para mudança de comportamento. Existe uma contribuição no Brasil, contribuição econômica e social, um projeto antigo, de que o Sérgio Margulis participou há alguns anos — não vai dar tempo de apresentá-lo agora —, uma contribuição ambiental.

Poderia ser considerada na reforma tributária uma contribuição ambiental. De qualquer maneira, essa contribuição ambiental, um tributo ambiental, vai ter algumas condições importantes. Digo ao pessoal do Ministério da Fazenda que temos de trabalhar nesse sentido, temos de ter objetivos extrafiscais para que haja um tributo ambiental, com fato gerador e base de cálculo, tipologia aberta, flexível no tempo e no espaço. Temos de trabalhar a coordenação desses impostos nos três níveis de governo.

São essas, então, as características do imposto ambiental. Poderia o favorecer o “esverdeamento” ou a “ambientalização” do nosso sistema tributário.

Era o que eu tinha a dizer.





Muito obrigado, Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Dr. Ronaldo.

Nós vamos desfazer esta Mesa e compor logo a próxima. Depois, faremos nossas considerações finais e perguntas.

Agradecemos a todos os palestrantes.

Esperamos contar com a presença dos senhores na etapa que terá início agora.

Chamamos para compor a Mesa o Sr. Sérgio Margulis, Assessor Especial do Ministério do Meio Ambiente; o Sr. Helinton José Rocha, Assessor do Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; o Sr. Carlos Eduardo Frickmann Young, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ.

Concedo a palavra ao Prof. Carlos Eduardo Frickmann Young, que dispõe do prazo de 10 minutos, prorrogável, a pedido do expositor.

**O SR. CARLOS EDUARDO FRICKMANN YOUNG** - Eu acho importante estarmos aqui. Como cidadão, sou um democrata, lutei pela democracia. É sempre importante participarmos dos fóruns.

Eu acho, Deputado, que a percepção de que o Ronaldo falou ainda não tem vigorado na Câmara dos Deputados. Creio que as últimas discussões não foram percebidas, infelizmente, assim como um pouco do debate anterior, sobre o significado de uma economia verde. Economia verde é uma economia que pretende ser inclusiva, uma economia por meio da qual haja, exatamente como dito pelo Ronaldo Seroa, conservação, preservação dos recursos naturais. São fomentadas atividades econômicas socialmente inclusivas. A economia verde é o espaço, o campo de junção dessas três áreas.

Nesse sentido, temos que tocar em todos os pontos da economia. É muito bom que esteja sendo abordado agora o tema da reforma tributária verde. O Ronaldo também já disse, contrariamente ao que declarou o Secretário Márcio Holland, que não estamos aqui agora porque houve crescimento econômico. Nós estamos aqui há bastante tempo, há muito mais tempo, antes mesmo da estabilização. Essa é uma meta de longo prazo. Realmente acreditamos que isso é possível.



É importante que renovemos o discurso, senão vamos nos basear num critério unidimensional. Se eu fosse usar aqueles critérios como parâmetros de avaliação, o melhor regime para o Brasil teria sido o regime militar, porque foi o que instituiu o programa do etanol, criou Código Florestal, e ainda havia muito mais floresta preservada. Temos que evoluir no diálogo. Isso é mais produtivo do que ficarmos nesta barreira: *“Estou agindo certo, a responsabilidade é dos outros”*.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Esse eslaide é a síntese da minha apresentação, que depois pretendo detalhar.

Em primeiro lugar, parafraseando Carlos Mussi, da CEPAL, digo que o passivo ambiental de hoje é o passivo fiscal de amanhã. Eu vou apresentar algumas informações sobre isso.

A omissão, a inação quanto aos temas ambientais leva a questões muito mais caras. Estes são exemplos muito simples: despoluição da Baía de Guanabara, despoluição do Tietê. São programas muito caros. Se tivesse sido feito um planejamento à época, teríamos evitado esse problema. Não haveria qualquer tipo de restrição ao crescimento se tivéssemos adotado uma forma adequada de ocupação do espaço.

O segundo ponto é uma sugestão aos Parlamentares presentes. Causa-me estranheza que, em nosso País, onde existe a Lei de Responsabilidade Fiscal, não haja uma lei de responsabilidade orçamentária. Eu voltarei a esse ponto. O que seria uma lei de responsabilidade orçamentária? Ela estabeleceria parâmetros mínimos com base nos quais o Executivo seria obrigado a responder em termos de harmonia orçamentária, evitando o excesso de contingenciamento em determinadas áreas.

Como consequência disso, a área ambiental é uma das mais sacrificadas. Do ponto de vista fiscal, levando-se em conta não apenas a tributação, a arrecadação, mas também a utilização dos recursos, estamos vendo claramente um retrocesso. É importante que se garanta, no âmbito de uma reforma tributária verde, a alocação de recursos na área ambiental, para evitar o que foi apresentado na Mesa anterior, para que isso não seja uma forma disfarçada de aumento simplesmente de carga.

O terceiro ponto — foi muito feliz o Ronaldo —, ao qual voltarei, é a necessidade de se estruturar um sistema de tributação verde que seja consistente e



sistemático, em que os tributos, organizados e compatíveis, sejam efetivamente aplicados. Assim, não ocorreriam situações como esta: no Município de São Paulo, há uma lei que restringe o uso do automóvel, mas outra lei incentiva a aquisição de automóveis na cidade, que já está saturada. Esse é um exemplo claro de inconsistência legal.

Agora, o princípio que deve ser empregado. Se houver tempo, vou tentar falar sobre isso. Trata-se do pagamento do serviço ambiental como princípio norteador.

Em primeiro lugar, precisamos ter claro que estamos vivendo uma crise nas instituições ambientais, porque há um aumento visível das demandas e, ao mesmo tempo, há escassez de recursos. Os senhores não estão conseguindo perceber. Esse é um estudo que nós temos acompanhado. A propósito, é muito bom que o Ministério da Fazenda esteja engajado, com o Aloísio, da Coordenação de Mudanças Climáticas, para melhorar essa informação. Comparando-se o gasto em meio ambiente com o gasto em ações que causam tal pressão, percebe-se que essas estão recebendo cada vez mais atenção, e o Ministério do Meio Ambiente está parado na esquina. Se consideramos a relação entre pressão e resposta, verificamos que a pressão aumenta e a resposta diminui, em termos relativos.

Esse gráfico reflete uma linha muito tênue, a participação do gasto em meio ambiente nas despesas discricionárias relacionadas apenas ao setor das atividades de infraestrutura, que é uma categoria orçamentária. Percebemos que sempre estamos andando para trás. Então, em primeiro lugar, há clara necessidade de garantirmos recursos para a gestão ambiental. Existem três maneiras. Uma seria aumentar efetivamente a dotação orçamentária. Outra é criar mecanismos legais que impeçam desfiguração do Orçamento, para que um mínimo de harmonia entre os gastos seja efetivado. O que se estabelece é um teto, mas, dentro desse teto, o Executivo é livre para atuar.

Uma consequência disso é que temos muito pouco recurso. Esse gráfico mostra quanto os países gastam em termos de recursos. Nesse caso, investimento por hectare de unidade de conservação. Começamos com os Estados Unidos, que são os que mais gastam, e vai melhorando, Nova Zelândia. *“Ah, mas é país desenvolvido.”* Vem então África do Sul, México, Costa Rica, Argentina. O Brasil está na outra ponta. Pode ter melhorado um pouquinho agora, porque diminuíram as



unidades de conservação. Houve agora mais uma redução de unidades de conservação. Esse gráfico melhorou um tiquinho, mas muito pouco em relação ao necessário.

Essa imagem serve para mostrar que a nossa economia está ficando cada vez mais intensiva em carbono e, conseqüentemente, menos intensiva em neurônio, como foi dito aqui antes. Esse é um trabalho da Camila, que está aqui presente. Mas existem vários outros indicadores. São todos muito consistentes. A nossa economia é cada vez mais “carbonodependente”, depende cada vez mais de recursos naturais. E isso é a antítese do que nós queremos, não porque temos algo contra os setores que realizam essas atividades, mas porque esses setores, se não forem incluídos de maneira sustentável no tecido produtivo, geram distorção.

Nós acreditamos, na área de economia do meio ambiente, que o caminho tributário é exatamente um caminho de solução. A ideia é fazer o que o Ronaldo muito sinteticamente explicou. Existem atividades que são perversas ou potencialmente predatórias. Quando se introduz um incentivo para que haja mudança nesse comportamento, a reação é a mudança de comportamento.

De outra consequência fiscal muito pouco se fala. Trata-se de uma área nova que estamos tentando localizar. Por favor, os números são ainda muito preliminares, é um levantamento muito simples. Refiro-me aos gastos relacionados a desastres. Não gastamos em meio ambiente, mas em desastre estamos gastando muito. A primeira estimativa é da ordem de 11 bilhões até 2015. Em 2011, já foi algo próximo de 915 milhões para reconstrução e resposta.

Menciono apenas duas medidas provisórias. No caso da MP 537, são aproximadamente 210 milhões de reais para ações de socorro. A MP 553, de 21 de dezembro de 2011, prevê também quantia significativa de recursos que são gastos de forma emergencial, de forma descontrolada, de forma ruim. Os recursos que foram destinados à Serra Fluminense ficaram muito concentrados em alguns Municípios. Em dois dos Municípios que mais receberam recursos, os Prefeitos foram afastados por problema de corrupção. É a pior forma de gastar. Estamos gastando muito mal porque não estamos gastando com prevenção. É um passivo ambiental que já virou passivo fiscal. Ele só não é reconhecido como tal.



A estrutura fiscal é perversa. Por exemplo, foi abordada muito rapidamente a lei que rege a questão dos recursos minerais — sei que o Deputado Puty trabalhou muito no que se refere a essa questão. Nós não temos uma lei de *royalties*, de contribuição sobre a extração mineral, que seja proporcional ao período de exaustão desse recurso. E ela é montada, em termos fiscais, de maneira perversa: quanto mais se avança na cadeia, mais tributação há, incentivando o uso. Então, uma área muito óbvia para se mexer é essa, no sentido de como podemos aperfeiçoar a questão da extração do recurso natural.

Isenções tributárias. André Lima fez uma apresentação muito interessante. Mostrou como somos inconsistentes em relação a incentivos que foram construídos. Inclusive, nem foram construídos agora. A maioria desses incentivos vem do regime militar, com a percepção de que a ocupação do espaço tem que necessariamente alterar o meio para poder haver inclusão social e crescimento econômico. Então, é importante que refaçamos isso. Fica muito difícil trabalhar com incentivos tributários se o grosso da estrutura é perverso, se o grosso da estrutura está de cabeça para baixo.

Uma coisa muito curiosa e pouco citada é o princípio do poluidor pagador, de que o Ronaldo falou. Quem faz errado paga por isso. Já está presente na legislação brasileira. A Lei nº 9.985, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, diz explicitamente, no art. 36, que o responsável por dano ambiental não mitigável deverá pagar uma compensação ambiental. Qual é o problema? Essa determinação está fora do contexto, porque ela está numa lei de unidade de conservação, não numa lei que seja relacionada ao capítulo tributário. Ela está totalmente deslocada. Não há especificação de como se calcula esse valor. É uma coisa muito doida querer fazer o cálculo pelo valor do empreendimento. *Grosso modo*, se alguém bate em nosso carro, queremos que a compensação seja calculada com base no valor do dano, não em uma percentagem do valor do carro que causou a batida. E é isso que tem ocorrido com a compensação ambiental. Tem sido solenemente desrespeitado o princípio legal. Ele já existe, só não é implementado.

O segundo problema: o que fazer com esse recurso? Por ser uma lei de unidade de conservação, ele fica restrito à unidade de conservação. Não tem a



abrangência de uma lei que faria essa ligação, como disse o Ronaldo. Vai-se utilizar o recurso resultante da penalização de quem está agindo errado. Não se está proibindo, mas o penalizando para induzi-lo a agir corretamente, para se poder premiar quem está agindo certo. Com isso, tem-se um sistema fiscalmente neutro. Retira-se recurso de quem está agindo indevidamente e se aplica esse recurso de maneira mais adequada.

Existem espaços que não são utilizados. Talvez o avanço tributário mais interessante brasileiro seja o da esfera estadual, no caso do aproveitamento da Lei do ICMS Ecológico. Existe uma parcela desse ICMS Ecológico, a maior parte dele, definida por critério federal, e nunca foi trabalhado. Deixa-se apenas a parte estadual.

Há a ideia de um FPE Verde, Fundo de Participação dos Estados, com critérios que seriam uma replicação do ICMS Ecológico na esfera da União. Que eu saiba, o projeto de lei está parado no Senado há cerca de 10 anos.

Ronaldo já tratou da ideia de uma CIDE Ambiental, de um imposto sobre as atividades poluentes.

Estamos vendo, então, uma coisa muito deficiente, uma coisa muito falha. O que poderíamos estruturar como critério organizador de uma reforma tributária verde? Eu tenho ainda alguns minutos. Gostaria de abordar o Pagamento por Serviços Ambientais — PSE. Eu não vou gastar tempo lendo, vou tentar fazer uma síntese. Deixo o eslaide, para leitura posterior. A ideia é muito simples. Existe alguém que é beneficiário dessa ação. Esse beneficiário está, portanto, disposto a pagar a alguém que está fazendo a ação, que está realizando a proteção. O caso mais claro é o da água. Se há uma ação que vai proteger a água, o usuário paga. Para que isso funcione, é preciso saber quem é o prestador e quem é o beneficiário, identificar o serviço ambiental, estruturar um sistema de monitoramento, acompanhar fluxo e qualidade e precificar. *Grosso modo*, este é o roteiro para se montar um sistema de tributação verde: identificar as atividades que devam ser desestimuladas e as que devam ser estimuladas e estabelecer critérios objetivos de mensuração e de precificação em cima disso.

É claro que há problemas nisso. O primeiro problema é estabelecer quem vai pagar. Ninguém está disposto a pagar. Já foi dito aqui pelo Ronaldo que não é



apenas uma questão estritamente de classe média. Todo setor produtivo acha que o problema é do outro e que, se fizer, vai perder competitividade. Nós ficamos num sistema bastante tosco. A única possibilidade de intervenção é a intervenção generalizada, o que acaba sendo muito ruim. Sendo assim, é preciso avançar num projeto mesmo e ver quais são as atividades que devem ser desestimuladas.

Automóvel tem de ser desestimulado? Tem de ser desestimulado. *“Ah, isso envolve desemprego.”* Então, vamos criar ações compensatórias. Querem que seja esvaziado o pátio? Então, em vez de simplesmente se estabelecer isenção de IPI, que se faça como se faz com cascos de cerveja e refrigerantes, institui-se um sistema de depósito e reembolso. A indústria receberá incentivos em função do número de automóveis que desativar. É supersimples, mas tem-se de ter a ideia de que a questão não é simplesmente crescer mais, mas crescer melhor.

Há também problemas muito importantes em relação a quem vai receber. No caso específico do RET, essa é uma das questões mais relevantes. Por exemplo, ações positivas. Espero que alguma coisa saia desse Código Florestal, para conseguirmos construir, de fato, um sistema de pagamento por serviço ambiental, em que os agentes que estejam deficitários em termos de carbono compensem com ações que reduzam o carbono. Como? Impedindo o desmatamento e incentivando a conservação. A quem se deve pagar? A quem nunca desmatou e, portanto, agiu corretamente sempre ou a quem está desmatando e precisa mudar de comportamento? Na verdade, aos dois. Só se consegue responder a isso se houver recurso. Mas, como existe pressão orçamentária cada vez mais forte, não se consegue uma coisa nem outra.

Essa é apenas uma sugestão que deixo para quem for fazer a leitura depois. Nesse projeto montamos um sisteminha de como podemos fazer a avaliação, no caso específico. Isso é muito válido, na questão do Código Florestal, para propriedades agrícolas que deveriam ser receptoras de recurso por estarem adequando-se. Que tipos de critérios? Isso é fácil construir, desde que haja consenso político para tal. O que fazer? Em primeiro lugar, temos de medir os dois lados da história. Temos de medir quanto está indo para as atividades sustentáveis e quanto está indo para as atividades predatórias. Não estamos fazendo ainda essa



contabilidade. Por exemplo, não consegui identificar uma literatura razoável sobre a questão do gasto com desastre, que seria evitado com o gasto preventivo.

Implementar os mecanismos já existentes ou os que já estão programados. Já existe uma pauta, em que se fez um garimpo de coisas. Exemplos: a compensação ambiental, que precisa ser regulamentada adequadamente; término dessa história de FPE Verde ou melhoria do próprio ICMS Ecológico; reestruturação (Ronaldo mencionou isto, e eu reitero) de forma consistente da legislação sobre tributos verdes, partindo-se desse princípio, que é muito simples. Criam-se ressalvas, salvaguardas, penalizações em relação a atividades identificadas como contrárias, para que se possa fazer o incentivo. As duas coisas têm de estar casadas. Não se trata simplesmente de criar um sistema de benefícios — em geral, o setor privado reage assim, quer os benefícios para fazer o bem — nem de pensar estritamente no sentido de aumentar a arrecadação, em penalizar as atividades predatórias. Busca-se fazer a combinação desses dois aspectos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, professor.

Passo a palavra ao Sr. Helinton José Rocha, Assessor do Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

**O SR. HELINTON JOSÉ ROCHA** - Bom dia a todos.

É uma oportunidade importante para nós do Ministério da Agricultura participar desta discussão. É um tema clássico, que vem frequentando as conferências da ONU desde 1972.

De certa maneira, desde que houve a industrialização da agricultura no século XIX, o Brasil ainda tinha escravos, e havia uma reação contra a mecanização da agricultura na época do inventor Jethro Tull. Deu nome a uma banda de *rock*, mas foi o inventor da plantadeira. Ele era de uma escola de mecanização da agricultura. Por coincidência, na mesma década da banda, houve a Conferência de Estocolmo; depois, a Rio 92, e hoje estamos com a Rio+20. Esse é um tema importante.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

A agricultura é, ao mesmo tempo, parte de três coisas. Ela está ameaçada por mudanças climáticas, por erros ambientais, por falhas gerais, pelas grandes





secas. Os prejuízos causados por seca são muitos sérios para a agricultura. Ela é também uma ameaça quando é indutora de desmatamento, quando põe as queimadas na pauta, trabalha de maneira inadequada no que se refere à quantidade de fertilizantes. Mas ela pode igualmente ser uma amiga na esfera ambiental, pode trabalhar em sequestro de gases, redução de emissões, produção de água. Uma série de serviços ambientais a boa agricultura pode promover.

Desde 2005, em decorrência de muitas ideias que foram consideradas principalmente na Eco 92, a agricultura vem refazendo seu modelo, vem se autocriticando. A missão da sustentabilidade passou a fazer parte do nosso mapa estratégico a partir de 2005.

Isso faz parte de um contexto muito grande. A segurança alimentar, a demanda mundial de alimentos cresceu 25% desde o início deste milênio. Mais de 100 milhões de pessoas vivem na pobreza absoluta, e três quartos vivem em área rural. No Brasil não é diferente, onde 16% da população está no campo, e 50% da pobreza também está no campo. Há, portanto, uma concentração de pobreza no País na área rural. Aqui, 1 bilhão de pessoas são alcançadas pela fome ou pela desnutrição, e 1,8 terá escassez de alimentos até 2025. A população mundial cresce. Será de 9 bilhões nos próximos anos. Dessa maneira, a missão da segurança alimentar vai ficando mais complicada a cada dia.

A produção agropecuária é um elemento que, até pouco tempo atrás, não fazia parte, por exemplo, dos grandes fóruns mundiais. O agricultor precisa ser considerado no centro de decisões sobre as políticas que estão sendo feitas.

Alimentos seguros e sistemas de produção sustentável têm sido um grande tema. A FAO, por exemplo, lançou a chamada agricultura climaticamente inteligente, que pretende reunir as boas práticas da agropecuária mundial. Ela se inspira, obviamente, também na agricultura de baixa emissão de carbono. É uma forma inteligente, sim, de usar os neurônios disponíveis, com referência à ciência e à tecnologia, em prol da produtividade da agropecuária.

A posição do Brasil é muito clara no contexto internacional. Por ser um grande emissor, ele é um formador de opiniões e defensor de que os países têm responsabilidades comuns, porém diferenciadas.



Uma questão que foi apresentada por painelistas anteriores e que fez parte da brilhante exposição do Prof. Carlos Young é a seguinte: será que é possível fortalecer a agricultura sustentável sem uma base de economia verde, proativamente sustentável? Esse é um desafio que temos enfrentado nos últimos 7 anos de maneira cotidiana. Faço parte da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, fui um dos engenheiros, e exatamente com esse enfoque.

A política da economia verde tem desafios importantes. Temos trabalhado com muita dificuldade quanto ao crescimento da agricultura orgânica. A Secretaria em que trabalho é a que a fortalece, faz o grande diálogo com os demais Ministérios, como o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário. O Ministério da Agricultura é um importante articulador na formulação dessa política. Principalmente com o debate da sociedade, estamos evoluindo bastante nisso. São aproximadamente 20 mil produtores orgânicos, um número pequeno em relação aos 5,3 milhões de estabelecimentos rurais no País.

Nós temos feito um esforço para aumentar as indicações geográficas, que se referem àqueles produtos típicos, à produção com marcas coletivas, marcas de certificação, entre elas a própria produção integrada. A agricultura de baixo carbono é uma transição para uma agricultura de certificação.

Trata-se, portanto, de esforços dentro dessa economia verde que a agricultura já faz, sem dúvida, com muita dificuldade, porque há enormes barreiras sobre as quais vamos falar a seguir.

A tributação, obviamente, incide sobre toda a cadeia de produção, toda a cadeia de fornecimento. Ela vai dos insumos agropecuários até a recomendação dos serviços. Os serviços são tributados, os assistentes técnicos pagam impostos, pagam-se tributos, diretos ou indiretos, em relação aos insumos, a produção agropecuária paga impostos, a agroindústria, a distribuição, e, finalmente, os consumidores pagam impostos.

O principal imposto é o ICMS, mas 25% da produção agropecuária é taxada. É uma carga tributária absurdamente elevada, se a compararmos com a de outros países. Nós acabamos exportando uma grande quantidade de impostos, apesar de, na operação direta de exportação, haver a isenção da Lei Kandir. O ICMS é, com



certeza, o pior, o mais perverso dos impostos que incidem sobre a alimentação e a produção primária.

Uma nova agricultura implica, primeiro, a distribuição de benefícios das cadeias de produção. Nós podemos fazer um bife orgânico e vendê-lo no Japão a 100 dólares o quilo, mas isso não surtirá efeito se o peão de boiadeiro que trabalhou na produção desse bife não receber pelo menos melhores condições de educação e saúde.

O equacionamento da cadeia como um todo e a distribuição dos benefícios que ela consegue gerar são fundamentais para a economia verde. Isso se dá, principalmente, se organizarmos consumidores e produtores agropecuários a fim de que tenham maior empoderamento dentro da cadeia de produção para, assim, passarem a ter parte desses benefícios, porque quem fica, na verdade, com os benefícios são os elos mais concentrados da cadeia, como é a agroindústria, o setor de distribuição, os supermercadistas, por exemplo.

Em se tratando da viabilização econômica e da melhoria da renda do produtor, não dá para se falar em enfrentamento de pobreza no Brasil sem se trabalhar essa questão. Nós temos que transformar a produção convencional em algo cada vez mais sustentável, e o abastecimento precisa ser muito mais organizado do que ele é, principalmente no que diz respeito à qualidade do abastecimento brasileiro. Nós temos sérios problemas de logística, sérios problemas nas CEASAs e sérios problemas na rede de transportes, como todos sabem.

Nós temos desafios, desafios que eram chamados de Custo Brasil — não sei se ainda se usa esse termo, não sei se desistiram ou se foi a questão resolvida, eu tenho a impressão de que desistiram.

Quanto à política de apoio à transformação da posição convencional em tecnologias muito mais sustentáveis, nós precisamos equacionar as duas questões, da segurança alimentar e do alimento seguro com qualidade, coisa que a população exige mais a cada dia.

No que respeita às questões de ciência e tecnologia e, principalmente, de inovação, a academia brasileira é muito rica na área de ciências agrárias, que ainda têm poder de competição. Nós publicamos muito, mas inovamos pouco. Essa cultura da inovação tem sido belamente enfrentada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia



e é, com certeza, o principal instrumento que temos para a melhoria da eficiência e da eficácia dos sistemas de produção.

A infraestrutura logística e a agroindustrialização têm que ser mais focadas na sustentabilidade. Esse é um tema que, acredito, está mais no deserto, dentre todos os que estamos considerando. A atual matriz energética, por exemplo, precisa ser enfrentada. Essa é uma questão realmente política, não é uma questão técnica.

A política para a economia verde precisa aumentar, sim, a produção, sem aumentar a área. Essa tem sido uma tendência; os números demonstram que, da década de 60 para cá, tanto a pecuária quanto a agricultura tiveram ganhos de eficiência comparáveis aos melhores do mundo e, com certeza, ao melhor do mundo na área de agricultura tropical.

Nós precisamos diminuir os custos de produção porque, como o produtor não tem organização social, ele não consegue se fortalecer e acaba assumindo os custos da indústria de insumos. Então, essa produtividade e parte da liquidez vão porque o custo do alimento aumenta, como no caso da arroba do boi, mas, em compensação, todos os insumos o acompanham, porque o produtor rural é tomador de custo, tomador de preço.

As ferramentas de inovação, portanto, devem ser trabalhadas pesadamente.

Já tocamos um pouco na questão da equidade, e ela é central, porque não adianta termos a equação ambiental e a questão de produtividade econômica bem resolvidas se não conseguimos uma boa distribuição de benefícios ao longo da cadeia, como dissemos.

Sobre o aproveitamento e o uso racional dos insumos, temos um grande esforço para fazer isso na produção integrada, na produção orgânica, de modo que se use da melhor maneira o fertilizante, o agrotóxico, quando ele não é dispensável, quando não há como substituí-lo. Estamos trabalhando e acreditamos que, nos próximos 5 anos, teremos cerca de mil insumos modernos para a agricultura orgânica, com impacto ambiental muito bem avaliado pelo Ministério do Meio Ambiente e pela ANVISA do ponto de vista de segurança do alimento.

Temos necessidade, portanto, de fortalecer o sistema de pesquisa, de capacitação. Esse é um grande gargalo, com a questão da assistência técnica. E essa capacitação tem que se desdobrar nas ações de mercado, na questão da



gestão rural, na conformidade ambiental, trabalhista e fundiária desses assistentes técnicos. Este, talvez, seja um elo muito delicado, os serviços que fazem a orientação do produtor e principalmente aqueles que fazem a certificação de produtos sustentáveis.

Então, precisamos de ferramentas ágeis, precisamos atrair capital privado para a produção, com ou sem propriedade intelectual envolvida. Na agricultura orgânica, fizemos uma estratégia contrária à propriedade intelectual, e temos conseguido bastante interesse econômico nessa área. Acreditamos que a área de insumos orgânicos vai evoluir muito no País.

Não vou considerar agora esse eslaide, pois o questionamento da extensão rural é o principal elemento.

Os serviços ambientais, como disse o Prof. Carlos, é uma das coisas muito importantes para isso. A produção de água potável é, com certeza, um serviço que precisamos remunerar, porque isso causa impacto em conservação de solo, monitoramento de sólidos, abastecimento de hidroelétricas. Alongamos, com isso, a vida das hidroelétricas.

O IPI no caso de transporte e embalagem de produtos é algo muito sério. Em relação a PIS e COFINS para produtos na cadeia da fase agroindustrial, é questão muito importante. Precisamos rever a questão do Imposto de Renda, no que se refere tanto à pessoa física quanto à pessoa jurídica. As contribuições sociais sobre o faturamento bruto precisam ser reduzidas. Necessitamos de dedução do ICMS para empregados rurais da pessoa física, como é feito hoje no caso das empregadas. O médio produtor, hoje, paga um horror em benefícios. Há as taxas de registro nos Ministérios para insumos agropecuários, por exemplo. O Ministério isentou todos esses impostos e briga por orçamento para suprir isso. Mas o principal problema tributário é aquele que mencionamos inicialmente. É o ICMS, porque todas as decisões do CONFAZ são tomadas por unanimidade, e, em um país diverso como este, isso não vai ser resolvido de maneira produtiva.

Era isso o que tínhamos a apresentar. Acho que a contribuição que gostaríamos de deixar é no sentido de que se inclua, hoje, além dos quatro pontos que se colocam na reforma tributária — simplificar o sistema tributário, facilitar o combate à sonegação, diminuir o Custo Brasil e permitir a distribuição social mais



justa da carga tributária —, um quinto item, que é se orientar pela transição para a sustentabilidade e a economia verde. É um quinto elemento nessa discussão que tem ocorrido nesta Casa.

Agradeço aos senhores a atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Dr. Helinton.

Com a palavra o último expositor, o Dr. Sérgio Margulis, Assessor Especial do Ministério do Meio Ambiente.

**O SR. SÉRGIO MARGULIS** - Muito obrigado, Deputado, pelo convite.

É bom ser o último apresentador. Todos já estão cansados. Assim, se o expositor falar coisas interessantes, ninguém vai ligar muito; se falar muita bobagem, também ninguém vai ligar muito. De qualquer maneira, tenho que justificar minha presença e vou fazer o melhor possível.

Deputado, estou às ordens, principalmente depois, na hora dos trabalhos mais formais, para pensar a respeito de como levar adiante essas ideias. Estamos totalmente ao seu dispor.

Tenho pouco a apresentar. Eu havia pensado em falar mais da parte tributária, mas, como esse foi o foco de todas as apresentações, eu tive tempo — por isso pedi para ser o último — para mudar e falar um pouco só da economia verde, mas também de forma muito breve. Serão algumas pinceladas gerais.

Vamos hospedar a Rio 2012. Em 1992, o Rio foi sede do Fórum Mundial do Meio Ambiente. Passados 20 anos, é bom olharmos para trás e ver o que aconteceu nesse tempo. Cumprimos algo que prometemos ou não? O que foi dito em 1992 foi isto: o conceito de desenvolvimento sustentável com estas duas premissas, atender as gerações presentes sem comprometer a disponibilidade futura e fazer a integração dos três pilares, o econômico, o social e o ambiental. Só que não estava claro como fazer isso, ficou de ser dito.

O mundo deu algumas voltas, aprendemos que é possível crescer mais e de forma mais limpa. Eu acho que o Brasil brilhou nestes três setores: agricultura, energia e florestas. O Brasil realmente é modelo mundialmente. Pode ficar orgulhoso disso.

Mas, acabados esses ganhos de eficiência, meio que acaba também a beleza do mundo do desenvolvimento sustentável, de que tudo é *win-win*. Não é tudo *win-*



*win*. Estamos chegando agora às dicotomias do crescimento, das questões ambientais e das questões sociais.

Talvez o mais importante para discutir seja a questão ambiental. Pergunta-se até que ponto a questão ambiental realmente permeou ou permeia as decisões sobre políticas de governo.

Esteve aqui o nosso Secretário do Ministério da Fazenda. Concordo com ele. Temos ainda um representante. Concordo completamente com os enormes avanços que o Ministério da Fazenda vem realizando no sentido de incorporar, senão a questão ambiental de maneira mais geral, certamente a questão climática. Eu acho que isso, por si só, já é um acerto, porque essa é, disparado, a questão mais importante principalmente para o Ministério da Fazenda, que está bem atento, acompanhando o assunto muito de perto. De qualquer maneira, há coisas que ficam de fora.

O problema é fundamentalmente também a aplicação das leis. Nessa hora todos nós brasileiros colocamos a mão na cabeça e dizemos: *“O Brasil poderia ser um pouco mais sério quanto ao respeito às leis”*. Temos boas leis, mas sua implementação é esquisita, talvez pelo nosso jeito brasileiro de ser. O próprio Congresso andou considerando a possibilidade de anistiar os responsáveis por desmatamentos ilegais na Amazônia. Vamos ver onde isso vai dar, ainda não se chegou a uma conclusão, mas é algo esquisito. A nossa leitura é de que, se temos uma lei, é para valer. Era para valer e tem de continuar valendo. Se a lei não é boa, podemos mudá-la, mas lei é lei.

Há o princípio constitucional de que todos os brasileiros têm direito a um ambiente limpo, saudável. Isso também nunca foi regulamentado. Eu moro num ambiente limpo, saudável, de maneira geral. Não há esgoto na minha casa, é preciso utilizar fossa, mas, de qualquer forma, o ambiente é limpo. A maioria dos brasileiros, contudo, não tem direito a esse meio ambiente limpo e saudável. Não tem mesmo.

Os crimes ambientais são inafiançáveis, e acho que a prática mostrou que eles são todos afiançáveis ou não foram crimes. Então, ou no Brasil não existe crime ambiental ou alguma coisa está errada na aplicação desse conceito. E o que não é muito consolo, mas é fato, é que pelo menos esta falta de aplicação da lei não é só



no setor ambiental, ela também se aplica a todos os setores da economia. Não estamos tão mal assim na foto, mas falta a aplicação da lei.

A crise econômica mundial de 2008 e a tensão recente em relação ao aquecimento global mudaram o paradigma. Acho que a grande mudança entre o que acontecia em 1992 e o que acontece em 2012 é que se falava em desenvolvimento sustentável, agora estamos diante de uma questão global muito séria. Mas acho que a crise econômica é temporária.

A minha interpretação é que esta crise econômica, de algum modo, vai passar. Por exemplo, pode haver uma enorme crise no mercado do euro, mas é difícil que vejamos, nos próximos 10 anos, os países do euro não terem um crescimento. Vão voltar a ter um crescimento de 1%, 2%, 3% ao ano. De alguma maneira, isso deve acontecer. Não estou dizendo que é fácil e não sou macro o suficiente para saber como fazer isso. Mas não há como considerar que esta crise será permanente.

Já do lado ambiental, o aquecimento global não vai passar. Ele só vai piorar muito — e muito rapidamente. Com certeza, a minha leitura é a de que as pessoas ainda não estão suficientemente atentas para a importância disso. Existe uma importância: o Ministério da Fazenda ter uma Diretoria de Mudança do Clima é realmente um grande avanço, é muito bom, mas...

**(Não identificado)** - Coordenação.

**O SR. SÉRGIO MARGULIS** - Coordenação? Ainda não é diretoria. No ano que vem, vai ser diretoria; 2 anos depois, vai haver uma secretaria inteira e, se Deus quiser, não vai virar Ministério, porque esse é o problema. Quando vira Ministério, pronto, todos lavam as mãos e não se preocupam mais com esse assunto porque existe um Ministério responsável.

Aliás, é um pouco a questão ambiental. Como existe o Ministério do Meio Ambiente, é uma faca de dois gumes. Essa é uma questão até substantiva. Quando existe o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Agricultura não é fundamentalmente mais responsável pela preservação de recursos naturais. Isso é responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente. *“Ah, mas as políticas agrícolas têm de estar embutidas na ideia do conceito de sustentabilidade”*. Mas isso é muito mais difícil, porque o termo de referência do Ministério da Agricultura é produzir





alimentos, a produção de alimentos. E a sustentabilidade é um outro fator, porque já não é mais essencial esse fator. Quer dizer, é e não é, dada a existência do Ministério do Meio Ambiente.

Essa questão institucional é interessante, mas é um outro assunto ou um assunto paralelo.

Essa é uma frase do Prof. Ricardo Frischtak que gosto de repetir porque acho que ela é fantástica: “*É a natureza do crescimento que tem de ser repensada*”. E a pergunta é se uma nova economia produtora de bens e serviços verdes, com padrão de consumo distinto do atual — isso é muito importante —, será capaz de gerar emprego, renda e bem estar consistente com uma população crescente e com aspirações também crescentes de consumo tradicional.

Então, a questão é se somos capazes de construir um Brasil verde seguindo isso. E essa pergunta se aplica também aos outros países, ricos e pobres.

Bom, como estava falando, o mundo do *win-win* acabou. Estou apresentando só três dicotomias iminentes no Brasil. Primeira, a expansão do setor elétrico, que agora está indo todo para a Amazônia, e não adianta tapar o sol com a peneira. Quer dizer, ninguém, nenhum brasileiro, tem condições de resolver essa sinuca de bico — vamos colocar bem claramente.

É isso aí. Agora a sociedade precisa ter um *trade-off* claro, e os interesses são econômicos, sociais e ambientais. É onde o tripé do desenvolvimento sustentável pega fogo.

A segunda é o pré-sal. É um *mixed blessing*, uma faca de dois gumes. O Brasil descobriu o pré-sal, maravilha. Ficamos todos felizes à beça e tristes à beça porque: logo agora vão descobrir o pré-sal? Neste mundo de aquecimento global, descobrir-se uma Arábia Saudita de petróleo já nem sei mais o que é bom ou ruim. Outra dicotomia.

A terceira é que esse crescimento é bom. O secretário estava falando, e todos estamos de acordo, que o crescimento é absolutamente número 1, uma questão fundamental. É o que cada um de nós faz no seu dia a dia, crescer no sentido estrito mesmo, de crescimento econômico, de renda. Mas isso tem expandido a classe média consumidora de bens tradicionais. E isso vai aumentar a pressão sobre produção, recursos naturais etc.



Então, o Brasil tem esses problemas pela frente.

Ao mesmo tempo, existem oportunidades. Os biocombustíveis são um carro-chefe no contexto internacional.

A questão da biodiversidade, se pesquisada e conhecida, é uma questão que apresento de volta aos colegas do Ministério da Fazenda: realmente não temos levado suficientemente a sério a questão da pesquisa genética, que o Brasil, com o potencial que tem e com o que faz de fato em pesquisa genética... O Ministério do Meio Ambiente é responsável em parte por isso, mas é um programa que deveríamos realmente pensar em outro patamar, porque é um futuro promissor.

E há outras oportunidades: recursos hídricos, recursos minerais, insolação. Enfim, é essa base de recursos naturais que faz com que o Brasil tenha certas vantagens comparativas.

Pergunta-se: é tudo muito fácil, mas como mudar o padrão de consumo dos brasileiros? Quanto tempo vai demorar para metade das pessoas que estão aqui, ou 75% delas, terem comparecido a esta reunião sem terem vindo de carro? É isso. *“Ah, mas tem haver transporte público”*. É, tem de haver transporte público, mas a cidade não pode ser desenhada do jeito que ela é e tal. A discussão é enorme. São esses os padrões de consumo. É assim que vamos.

Definir sustentabilidade. O secretário do Ministério da Fazenda falou umas três ou quatro vezes em sustentabilidade, mas eu tenho certeza absoluta de que o que ele estava entendendo por sustentabilidade não era o que nós, do setor do meio ambiente, entendemos como sustentabilidade, como não é como entende o público em geral. Enfim, cada um acha que sustentabilidade é...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. SÉRGIO MARGULIS** - Não, o que nós entendemos por sustentabilidade. Nós não entendemos de sustentabilidade de maneira absoluta, mas temos a nossa própria leitura e entendimento do que é. E certamente é diferente de como o Secretário Márcio Holland falou; assim como minha mãe, como cidadã brasileira, vai ter na cabeça dela um conceito diferente.

Outra coisa é como tomar decisões inteligentes diante de enorme incerteza não só quanto ao aquecimento global, mas diante de questões como: *“A Amazônia tem um enorme potencial”*. Tem mesmo? Não sabemos, não vimos como é.



A regulação do clima, muita incerteza! A biodiversidade, muita incerteza! Carbono, incerteza quase absoluta — quase.

Quarta questão, por exemplo: risco de sair na frente. Essa é uma questão econômica. O Brasil já está atrasado. Se eu pudesse, já estaria nessa corrida, porque não há dúvida nenhuma de que vai ser necessário limpar o mundo, vai ter de se fazer um esforço violento de redução de carbono. É melhor sair na frente. O Brasil já está na frente, de uma certa maneira, mas acho que deveria ainda estar mais. Não deveria ser tímido, deveria avançar mais um pouco.

Quanto aos instrumentos, é o que se estava discutindo aqui. Tributação, enfim, foi a discussão anterior, no âmbito doméstico, nacional; mas, no âmbito internacional, os instrumentos para se colocar o Brasil lá fora, para se deslanchar, são outros.

Acho que ainda existe espaço para avançar, há muitas oportunidades *win-win*, que são o ganha-ganha, principalmente na questão da eficiência energética. Isso não é caro, não é difícil, mas existe uma inércia para ser vencida: interesses particulares, questões de governança e, em parte, financeiras. Concordo com os colegas que não é que falem recursos.

Relativamente, acho que o Brasil está muito bem na foto. Acho que podemos ir para a Rio+20 confiantes e orgulhosos, em certo sentido, pelos ganhos sociais, econômicos e ambientais significativos. O problema é: até quando?

Como funcionário público, todas as informações que eu tiver e puder são disponíveis, públicas e, com o maior prazer, difundidas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Muito obrigado, Dr. Sérgio.

Vou usar minha atribuição, como proponente desta audiência, para falar algumas coisas, provocá-los e apresentar algumas questões como não especialista no tema.

Primeiro, qual é o objetivo, o que estamos fazendo aqui, para não ficarmos mais frustrados? O objetivo aqui é iniciarmos, a partir desta primeira conversa, uma agenda para construirmos ou resgatarmos proposições aqui na Câmara dos Deputados que tirem a pauta ambiental da defensiva, depois dos problemas associados ao Código Florestal e problemas correlatos.



Acho que o primeiro encaminhamento, a primeira conclusão talvez seja a conclusão do Dr. Sérgio Margulis de que precisamos conhecer mais, muito mais. Não estou falando do geral, senão vamos dar um tiro na cabeça. Precisamos conhecer mais no que se refere à tributação e ao meio ambiente.

Há algumas coisas que já sabemos. O Sistema Tributário Brasileiro é muito complicado. Ele compõe-se de 27 legislações diferentes de ICMS. É um sistema que está em crise, uma enorme crise federativa. Vejam, como exemplo, a guerra dos portos, o problema da Lei Kandir, o problema do novo Fundo de Participação dos Estados — o STF decidiu que precisa haver uma nova legislação para o FPE, que é a transferência da União para os Estados, a partir de 2013.

O nosso FPE é injusto também. Agora falo da segunda característica do Sistema Tributário Brasileiro: ele é injusto. A iniquidade é a marca do Sistema Tributário Brasileiro. Pobre paga mais imposto que rico no Brasil. E nós não falamos disso aqui.

Por quê? Porque ele tem outra característica fundamental. Além do problema de classes no Brasil, nossas características já cantadas em verso e prosa, existe o problema de que nosso sistema tributário é baseado no consumo. O ICMS e outros tributos baseados no consumo compõem a maior parte da nossa arrecadação.

Quando o Sérgio vai comprar um pão na esquina e encontra-se com o Sílvio Santos, eles vão pagar o mesmo preço pelo pão. Só que as rendas, imagino, são diferentes. (*Risos.*) As rendas são diferentes, e a fatia cobrada dos dois patrimônios, das duas rendas, não é diferente.

O IPEA fez um estudo há algum tempo atrás que demonstrou que uma família que ganha de um a três salários mínimos tem uma carga tributária duas vezes maior do que uma família que ganha acima de 30 salários mínimos. E o engraçado é que quem mais reclama são os que ganham acima de 30 salários mínimos. As confederações empresariais reclamam muito da alta carga tributária no Brasil, mas quem paga realmente muito imposto são os mais pobres, os que ganham de um a três salários mínimos. Essa é uma outra característica do sistema.

Temos tentado — temos, mas estou aqui há um ano e meio —, o Brasil tem tentado fazer sucessivas reformas tributárias no meio de intensa polêmica, porque os interesses são distintos.



Outro elemento fundamental que acho que é preciso levantar é que não existe mudança social sem definirmos quem são os sujeitos dessa mudança social. Porque de tudo o que estamos tratando aqui há sujeitos, interesses; há gente articulando a favor e contra. Não é simplesmente o problema do maná dos céus, um problema simplesmente burocrático. Há intensos conflitos de interesses aqui e fora da Câmara, na sociedade, onde existem visões diferenciadas.

Por exemplo, a CNI veio aqui e pediu para reduzir os impostos, o que eles fazem sempre, e corretamente, pois estão defendendo os interesses do empresariado nacional e de empresas aqui instaladas, por exemplo.

Existem visões diferenciadas, e essas visões têm impedido, nem tanto essas, mas principalmente a dimensão federativa tem impedido o andamento de uma reforma tributária que resgate um mínimo de características que considero como centrais para um sistema tributário justo, que é menos tributação na produção, uma produção menos onerosa, menos tributação sobre consumo e mais tributação sobre patrimônio e renda, que são as características dos países europeus e também dos Estados Unidos.

A composição do nosso sistema tributário é muito parecida com a do México. Arrecadamos muito ICMS e pouco ITR, IPVA, Imposto de Renda e tudo o mais. No início dos anos 80, havia muito mais faixas de Imposto de Renda, e essas faixas eram muito menos agressivas com os pobres e com a classe média, e elas chegavam até — se não me engano — a 45%, 55% para rendas muito mais elevadas.

No decorrer dos anos 80 e dos anos 90, essas alíquotas diminuíram. Elas foram “simplificadas”, entre aspas, o que foi oneroso para a classe média e resultou numa unificação de alíquotas para um maior número de famílias.

Estou falando isso, mas não estou defendendo nenhuma bandeira revolucionária. Estou simplesmente defendendo um sistema tributário muito parecido com o dos países industrializados.

Essa é a base sobre a qual nos sustentamos. É impossível fazer um debate sobre tributação sem considerarmos o ponto de partida e as dificuldades de se avançar numa reforma para valer.



Essa é a base, André, para um eventual grupo de trabalho, que acho ser necessário criar nesta Casa, em que se discuta especificamente o tema.

Outro tema importante é que me parece que usamos conceitos de sustentabilidade diferentes. Eu entendo muito pouco do assunto, mas usamos a sustentabilidade para dizer o seguinte: o PIB brasileiro está crescendo a taxas maiores. E usamos a sustentabilidade para dizer que o PIB tem que crescer, mas sem agredir o meio ambiente. Essa segunda noção parece ser a noção que as Nações Unidas, através do UNEP, tem usado para definir uma economia sustentável, com respeito ao meio ambiente e combate à iniquidade.

Mas um modelo com essas duas características é contraditório. Numa economia de mercado que aumenta o crescimento e gera valor, é contraditório o princípio de preservação do meio ambiente como um todo. Nós podemos encontrar... O nosso desafio é como surfar por essas ondas e conseguir tentar, num amplo espectro, criar mecanismos como os mencionados no *win-win* aqui. Acho que há espaço para isso.

Essa é uma agenda que temos. E nesse caso o nosso desafio é definir o que é agenda de curto prazo e o que é agenda de médio e de longo prazo. A agenda de médio e de longo prazo me parece ser óbvia: mudança tecnológica. Não vamos esperar da parte dos agentes individuais da produção, sejam eles agricultores empresariais ou familiares, sejam eles empresários, se não houver estímulo — e esse estímulo pode ser através do sistema tributário —, que eles optem por uma matriz tributária diferenciada.

Estamos vivendo num mundo muito complicado. Estamos num mundo em crise onde a China tem uma unidade de custo de trabalho muito baixa, que concorre com a nossa produção. É preciso medir essas coisas, até aonde podemos ir sem esbarrar na concorrência de outros países. Nós estamos num mundo — vou usar um chavão — globalizado, mas acho que, cada vez mais, nós vamos precisar de acordos internacionais. E não apenas na área de meio ambiente, porque também na área da regulação financeira, na área do comércio internacional é tudo internacionalizado; na área das compras da agricultura, na área do comércio como um todo. Vamos precisar desses acordos para que possamos escapar de uma estratégia que os americanos chamam de *beggar thy neighbour*, que é tipo predar o



vizinho ou através do *dumping* ambiental, ou do *dumping* social, ou através de exportação de empregos e tudo o mais.

Vamos precisar de um desenho internacional que permita a transição para uma economia radicalmente verde. Isso significa mudança tecnológica, como eu disse, e grande investimento em infraestrutura urbana e social, em transporte público etc. E há uma coisa que o Carlos Eduardo: a compensação ambiental. Acho que essa talvez seja a grande palavra, tanto para a Amazônia, quanto para uma nova sociedade.

Enfim, falei mais do que deveria, mas acho que nós temos um longo caminho a traçar. E se eu posso sugerir, acho que o caminho passa por coletarmos dados. Nós não vamos conseguir muito se não tivermos uma forte base factual, uma forte base empírica para afirmarmos o que estamos dizendo com segurança e propormos iniciativas legislativas, fundamentalmente, viáveis.

Tendo dito isso, passo a palavra aos participantes da nossa audiência que queiram utilizá-la para fazer perguntas e comentários, inclusive os membros da Mesa e os debatedores, para fazermos uma rodada final.

Quem quiser fazer alguma pergunta, levante a mão, porque vamos franquear a palavra. *(Pausa.)*

Como estão todos com fome, já são 12h38min...

**O SR. CARLOS EDUARDO FRICKMANN YOUNG** - Eu gostaria, Deputado. Eu gostei muito da sua observação, porque se insistirmos no tratamento, como é tradicional na história da águia e da coruja, da mamãe coruja, de que a indústria está fazendo tudo, no melhor dos mundos, a agricultura está maravilhosa, a Fazenda resolveu os problemas, o Meio Ambiente está muito bem na fita, nós não vamos a lugar nenhum.

Quanto à tributação, queria chamar atenção para o seguinte: o passivo já está... Não sei quantos aqui são da área tributária, mas quando há uma redução de IPI para automóvel e se aumenta a frota, está-se aumentando o congestionamento, o que significa que se está diminuindo produtividade — há perda fiscal nisso; está-se também aumentando a contaminação do ar, e o indivíduo com problema de respiração, de alergia, vai bater na rede pública. Então, o custo está presente. O que acho que temos que enfatizar é isso.



Ao contrário do Sérgio, eu não acho que estamos bem na fita, muito pelo contrário. O que acho é que melhorar a imagem é também crescer. Essa é a principal mensagem. Melhorar a nossa posição não impede crescimento, muito pelo contrário, aumenta a atividade com mais inclusão.

**O SR. PAULO** - Só um comentário bem rápido. Eu queria tocar um pouco num dilema que todo mundo coloca sobre a mesa, que é a história de conciliar desenvolvimento, ou crescimento econômico, melhor dizendo, já que desenvolvimento não é crescimento econômico necessariamente, com a preservação do meio ambiente. Essa é a frase que todos nós aqui já escutamos em vários momentos.

O que me deixou bastante contente de ver, especialmente nesta segunda mesa, foi um pouco o questionamento desse paradigma, vamos dizer assim. Nós não temos mais que conciliar nada. O que nós temos que fazer é pegar o crescimento econômico, ou pegar as condições de proteção ambiental, ou socioambiental, de sustentabilidade, e trazê-las como alavanca de crescimento econômico. Ao fazer isso, não se concilia nada. Gera-se um novo — que eu acho que é um pouco o que o Carlos Eduardo está dizendo — padrão de pensamento, vamos dizer assim. Eu acho que essa história de conciliar uma coisa com a outra, num mundo em aquecimento, não tem nada mais a ver. Não tem que conciliar mais nada. É preciso mudar o modo de crescimento econômico e desenvolvimento.

Estava ali, no *screen*, uma coisa sobre tabaco, e esse é um exemplo muito legal para pegar o que o Cadu estava falando, porque, aparentemente, nos dados que vi, recentemente, nós gastamos três vezes mais com o tratamento do tabagismo, em termos de doença, do que a indústria do tabaco paga em termos de impostos. Quer dizer, essa é uma lógica completamente maluca. E é nesse sentido que acho que esta coisa de conciliar já é bastante *démodé*, vamos dizer assim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Tem a palavra o Sr. André Lima.

**O SR. ANDRÉ LIMA** - Acho que existe um componente que foi pouco falado, mas ele está nas entrelinhas do que foi dito. Falamos muito do tripé econômico, social e ambiental, mas temos um problema grave de sustentabilidade política em relação ao que se quer dizer em termos de desenvolvimento sustentável. Porque





temos, não só... Obviamente que o Parlamento, de certa forma, é um reflexo da sociedade, mas vivemos no País uma crise de sustentabilidade política do que vem a se dizer desenvolvimento sustentável. Apesar de a sociedade brasileira — e as pesquisas mostram isso — ter no imaginário e responder que se preocupa com os temas ambientais etc., isso não se reverbera necessariamente, por exemplo, no próprio Congresso Nacional. No debate do Código Florestal, isso ficou muito claro. E ele é a ponta da pirâmide.

O Brasil viveu, nos últimos 20 anos, sim, muitos avanços expressivos em termos de marco jurídico legal, referencial, a partir da Constituição de 1988 e da Rio-92. Mas vimos vivenciando, principalmente nos últimos 2 anos, uma certa inflexão, uma estagnação nessa evolução, porque agora o problema é que não precisamos de mais leis, nós precisamos é implementar o que existe. E aí é que vem a crise, porque quando se começa a implementar, naturalmente, se está mexendo em direitos.

E existe isso que o Paulo falou, quer dizer, como nós vamos compor? Lembrou-me uma discussão sobre a questão da função social da propriedade. Não é que a questão ambiental é um obstáculo ao direito de propriedade, ou um impedimento ao exercício; a questão ambiental faz parte do direito de propriedade. E aí é que entra uma série de debates nos quais vamos ter que evoluir.

Eu estou bastante satisfeito, Deputado, porque, como o senhor bem disse, é o resgate de um debate que vem sendo feito, mas, enfim, é preciso que o façamos com foco, porque, de fato, se formos olhar e quisermos revolucionar o Sistema Tributário Brasileiro, não vamos a lugar algum. É preciso ter prioridade, é preciso ter dados, é preciso levantar informações.

Eu posso dar um dado bem interessante. Imaginem só: o Fundo Amazônia está colocando à disposição da sociedade o investimento em ações coerentes com a política de Governo de redução de desmatamento, de uso sustentável de florestas. Quem pega recursos no Fundo Amazônia paga 30% de tudo o que recolhe no Fundo Amazônia, dinheiro de doação, em tributo para o Governo Federal. E não é pouca coisa. Em projetos de 20, 25 milhões, paga-se para o Governo 7 milhões de imposto para implementar ação de Governo, ou com o Governo, em parceria com o Governo. Há uma série de desequilíbrios graves.



O que quero enfatizar é a importância de dar sequência a esse trabalho, levantar dados, analisar esses dados, produzir um levantamento em cima daquilo que existe aqui no Congresso Nacional, onde há várias iniciativas importantes.

Inclusive, o IPAM está buscando recursos para poder apoiar esta iniciativa na Câmara dos Deputados, contando com o seu apoio, Deputado Puty, que, pela sua fala, demonstra o seu conhecimento e a relevância que dá para este tema diretamente associado ao desenvolvimento sustentável no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Helinton.

**O SR. HELINTON JOSÉ ROCHA** - Agradeço o privilégio de falar depois de tantas pessoas tão bem informadas sobre isso. Eu acho que o exercício é por aí mesmo. Eu cumprimento o Deputado Cláudio Puty pela pauta.

A área de agricultura que tem brigado por seu espaço, que tem mais sustentabilidade, como a agricultura orgânica e a produção integrada, é pequena. Nós não vamos chegar, nos próximos 5 anos, a 100 mil produtores, num universo de 5.3 milhões de estabelecimentos, com produção sustentável que possamos dizer que seja certificada.

Então, um desafio que precisamos enfrentar, por exemplo, seria o CONFAZ aprovar uma alíquota zero para produtos orgânicos, com produção integrada. São certificados, é produção certificada. E há os três pilares: ambiental, social e econômico. E isso não teria um grande impacto do ponto de vista tributário para os Estados. Nós estamos falando de uma produção, de um nicho de mercado que não chega e não chegará a 3% do mercado nacional.

Numa outra escala muito maior, concordo com o representante do Ministério do Meio Ambiente de que temos a falsa impressão de que o Ministério da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio não têm responsabilidade sobre o meio ambiente. Quando entrei no Ministério da Agricultura, tudo o que há hoje no Meio Ambiente estava lá dentro. E eu vejo realmente que acontece isso.

Analisando a raiz desse problema, percebemos que está exatamente numa questão politicamente muito séria, que é o orçamento vinculante. A partir do momento em que se estabelece um orçamento, que é frouxo na execução, quer dizer, ele pode ser totalmente contingenciado, se estabelece um processo de



competição entre os Ministérios que é absolutamente natural, cada um vai brigar pelo seu recurso. Isso acaba com a coordenação de políticas transversais, que é o que estamos discutindo aqui.

Nós precisamos de um trabalho e um esforço muito grandes do ponto de vista político para haver uma política transversal na sua concepção mais intensa.

Eu acho que precisamos colocar coisas práticas na mesa e trabalhar o exercício, por exemplo, da alíquota zero de ICMS para produtos certificados. Não precisa ser só produtos orgânicos, pode ser a produção integrada, que é ainda menor que a orgânica; os produtos da biodiversidade, da sociobiodiversidade. O Ministério do Meio Ambiente tem travado uma luta para colocar aqueles produtos da biodiversidade no mercado. E a indicação geográfica. Hoje existem 12 indicações geográficas só no Brasil. Nós precisamos estimular isso. As marcas coletivas são associações que fazem a sua certificação de uma marca defendida lá, muitas vezes, o *fair trade*. O Ministério do Desenvolvimento Agrário tem feito esforço nesse sentido, com muita dificuldade.

Enfim, são sistemas que têm validação de produção. E isso não pode ter ICMS. É tão absurdo quanto virarmos para o Governo da Noruega e falar “*Olha, daquele 1 bilhão que você colocou à disposição, 300 milhões foram parar no cofre do Governo*”.

Então, é com isso que encerro.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Helinton.

Passo a palavra ao Sérgio Margulis, para as suas considerações finais.

**O SR. SÉRGIO MARGULIS** - São dois comentários, sendo um para o Cadu. O Brasil está bem na foto. Eu falo isso com uma perspectiva internacional de o Brasil estar muito bem na foto. Se olharmos os países de renda parecida ou mais alta, não importa, no cenário mundial, o Brasil em termos de... Se é por opção, deliberação, não importa. O fato é que o Brasil, em termos de ter um avanço no setor energético, de ter feito um esforço na gestão dos recursos hídricos, controle de desmatamento etc., vai para a reunião bem na foto. O que não quer dizer que não haja uma enorme quantidade de coisas para fazer. É o contrário; é até um incentivo a darmos passos à frente.



Queria fazer um comentário sobre o que o Paulo falou, porque é uma questão cultural, o buraco é embaixo. Eu adoro fumar um charutinho de noite, sinto-me bem à beça, acho que me faz um bem danado. Eu nado, faço muito exercício. Por outro lado, enfim, é a questão da informação. Se a indústria do tabaco dá menos do que a doença... Mas as pessoas correm os riscos, desde que conscientes. A questão é como é que se faz essa mudança cultural em termos de se dar valor, questões de valor. Isso é muito complicado.

Então, nessa praia, nessa valoração, não vamos entrar. (*Risos.*)

**O SR. RONALDO DA MOTTA** - Bom, eu queria fazer uma proposta para o Deputado, que falou da reforma tributária em curso no Congresso. Acho muito importante fazermos levantamentos de dados, coisas factuais. Acho que o André apresentou várias dessas possibilidades, mas seria importante, nesta discussão da reforma tributária no Congresso, independentemente de informação, discutir princípios.

Há princípios ligados à tributação ambiental — tentei colocar alguns deles muito brevemente — que deveriam pautar a discussão. É claro que é muito importante haver iniciativas pontuais, como reduzir ICMS aqui, IPI ali. Isso tem que continuar, é importante, mas acho que introduzir, no capítulo tributário da Constituição, a questão ambiental, explicitamente, é um passo determinante.

É claro que o pagamento de serviços ambientais tem a ver com como distribuir os recursos arrecadados. São dois aspectos diferentes: um é a geração da receita e o outro é a distribuição. No pagamento de serviços ambientais, vamos ter que fazer um esforço específico em algum tipo de imposto ou algum tipo de arrecadação para financiar isso. E isso também não elimina a possibilidade de haver um tributo ambiental específico para isso. Mas eu diria: não vamos esperar muita informação, muito dado, porque nós estamos discutindo princípios.

Era só isso que gostaria de dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio) - Obrigado, Prof. Ronaldo.

Sr. Carlos Eduardo, quer usar a palavra?

**O SR. CARLOS EDUARDO FRICKMANN YOUNG** - Serei extremamente rápido apenas para reiterar a fala do Ronaldo. O que eu quis falar foi exatamente o que o Ronaldo falou: deslocar. Por exemplo, não pode haver um princípio de



poluidor pagador numa lei de unidade de conservação; tem de estar no capítulo tributário. E lembrar sempre da vinculação, ou seja, é uma ação de tirar e colocar e, ao máximo possível, deixar isso claro, o que envolve também a questão orçamentária. Não é apenas uma questão de criar novos tributos, é também de se discutir como esses recursos estão sendo alocados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Eu queria agradecer de novo a presença a todos os senhores, especialmente aos nossos debatedores. Acho que o debate foi muito interessante, instigante, e abre uma janela para novas proposições e novos debates como este e, quiçá, com resultados rápidos e objetivos, que é o que queremos para melhorar o nosso País.

Muito obrigado.